

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 038

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE ABRIL DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 10/2002

Curitiba, 04 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operações financeiras não reembolsável (doação), no valor de US\$15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), oriunda do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Instituição de Crédito Multilateral, com sede na cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América, para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade.

A Biodiversidade do Estado do Paraná, segundo análise diagnosticada para a elaboração desse projeto, tem importância global, considerando as espécies e endêmicas que a compõem, sendo que sua maior representatividade encontra-se restrita às Unidades de Conservação e Áreas Protegidas que, via de regra, apresentam sérios problemas de conservação em função da forte pressão exercida por usos de práticas inadequadas e pela carência de recursos destinados à sua efetiva proteção. Esse quadro, agravado pela falta de conexão entre áreas estratégicas e pelo baixo grau de compreensão por parte de setores da sociedade sobre a importância de proteção dos ecossistemas, aponta para a necessidade de uma imediata intervenção no sentido de reversão do quadro atual.

Como forma de intervenção estratégica adotou-se a implementação dos Corredores ecológicos, que são áreas geográficas definidas - ecossistemas - com a finalidade de proteger a biodiversidade de um bioma determinado. Sua consolidação envolve uma série de ações coordenadas, como o fornecimento, expansão e conexão entre várias áreas protegidas e de interesse para a conservação. Para tornar mais concreta a proposta e elevar o grau de compreensão por parte da sociedade no que concerne à necessidade de redução das pressões e proteção dos ecossistemas, o projeto introduz uma novidade, ao considerar as microbacias hidrográficas como unidades de intervenção e planejamento para a conexão e consolidação dos Corredores Ecológicos.

Os critérios para a definição dos corredores, a serem implantados por esse projeto, tiveram por base o conhecimento científico orientador da escolha das áreas e biomas, cuja presença de espécies animais e vegetais chaves fossem significativas para a biodiversidade global, regional e local. Ademais, também foram considerados os seguintes aspectos: I) existência, dimensão e número de áreas protegidas; II) elementos favoráveis a conectividade; III) riqueza de espécies; IV) biodiversidade local; V) representatividade das comunidades bióticas; VI) diversidade de ecossistemas e habitats; e VII) endemismos.

Com base nesses critérios foram propostos os corredores Caiuá - Ilha Grande e Iguaçu - Paraná, no bioma reconhecido como "Floresta Atlântica do Interior Brasileiro" ou "Floresta Estacional Semidecidual", e o corredor Araucária representativo da "Floresta com Araucária" ou "Floresta Ombrófila Mista". Nesses três corredores, que abrangem uma área de 2.150.361ha, o

projeto atuará em 280 microbacias hidrográficas envolvendo diretamente 19.600 famílias rurais que receberão o suporte técnico e o apoio necessário para que de forma individual e comunitária possam adequar ou reconverter suas explorações através da introdução de atividades menos impactantes e ambientalmente sustentáveis. Ainda um público estimado em 50.000 pessoas participará de um forte processo de capacitação voltado não apenas à aprendizagem de métodos e técnicas, mas principalmente ao desenvolvimento de habilidades, valores e princípios éticos e morais que levam a novos paradigmas, permitindo mudanças de comportamentos necessários para o atingimento dos objetivos do projeto. Por último, o projeto busca o fortalecimento do sistema de fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental tendo como base o Planejamento Macro Estratégico. Essas intervenções estão consolidadas em quatro componentes: Educação e Capacitação da Sociedade para a Conservação da Biodiversidade; Incentivos à Conservação e Manejo da Biodiversidade; Controle, Proteção e Gestão do Projeto.

Esse projeto foi submetido à apreciação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF) que após a realização de cinco missões técnicas, decidiu, principalmente pelo seu caráter inovador, apoiar a implementação dos trabalhos. Para tanto, aprovou a concessão de apoio financeiro não reembolsável, cujos recursos serão aplicados no horizonte de quatro anos no período compreendido entre 2002 e 2005.

O gerenciamento do projeto, face o seu caráter multissetorial, será de responsabilidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e as unidades executoras serão: o Instituto Ambiental do Paraná, a Unidade de Gerenciamento do Projeto Paraná 12 meses da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, além de um conjunto de ONG's, entidades representativas das organizações rurais e prefeituras municipais. Nos níveis regionais e locais o Projeto contará com a participação de todos os setores envolvidos organizados nos Comitês Regionais e Câmaras Técnicas dos Conselhos Municipais, o que garantirá a validação das intervenções propostas criando uma relação de coresponsabilidade entre todos os segmentos envolvidos.

Pretende-se, ao término da etapa de implantação do projeto, o alcance de importantes avanços para a biodiversidade paranaense, de forma a permitir o balizamento da política ambiental estadual, através do estabelecimento de diretrizes de planejamento que aglutinem esforços públicos e privados, tendo como horizonte e base a sustentabilidade ambiental e social voltadas à conservação da biodiversidade nativa nos ecossistemas representativos do nosso Estado.

Assim, o modelo institucional e de trabalho adotado, após sua validação e ajuste, deverá ser replicado em outras regiões do Estado, permitindo o estabelecimento de uma política consolidada para o setor.

Finalmente, destacam-se a seguir os principais reflexos do projeto para o Estado:

- adequação das propriedades localizadas na área dos três corredores com tecnologias agroecológicas, de ordenamento ambiental, e adoção de alternativas menos impactantes à conservação e proteção da biodiversidade;

- projeto introduz o planejamento macroestratégico, instrumento orientador das intervenções e definidor das competências das instituições nos diversos níveis de atuação, indispensável para a política ambiental do Estado, e particularmente no que concerne ao licenciamento ambiental e à fiscalização;

- o processo de educação e capacitação dos atores envolvidos deverá, num segundo momento, estender seus resultados para fora dos corredores através da ação de multiplicadores (assessores técnicos ambientais regionais), formados a partir do projeto que atuarão como células irradiadoras do novo modelo de conservação e manejo da biodiversidade;

- adoção por parte dos técnicos envolvidos no projeto, principalmente vinculados às atividades de assistência técnica e extensão rural, de um gabarito ambiental que privilegie ações de conservação e manejo da biodiversidade que será gradativamente expandido para todo o Estado, formando uma nova postura e aproximando os processos de produção com os de proteção ambiental;

- elevação do grau de consciência da população pela divulgação dos trabalhos, através da produção de materiais técnicos e promocionais que serão difundidos em todo o Estado;

- identificação e caracterização de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Estado, através da realização de estudo específico apoiado pelo projeto;

- compilação da legislação existente que trata da biodiversidade, consolidando-a em manuais operativos de fácil manuseio e compreensão, que serão disponibilizados para a sociedade paranaense;

- criação de um sistema estadual de normatização e certificação ambiental, a partir do desenvolvimento de estudo que defina a viabilidade de utilização de processos de certificação para regiões, propriedades, sistemas ou produtos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa., os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação financeira não reembolsável (doação), no valor de US\$15,000,000.00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), oriunda do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Instituição de Crédito Multilateral, com sede na cidade de Washington - D.C., Estados Unidos da América, para apoiar a implantação do

Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade.

Parágrafo Único - As condições referentes à operação financeira não reembolsável autorizado por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas da política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação a operação financeira não reembolsável (doação), o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para a execução do Projeto.

Art. 3º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias e contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação controlada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 4º - Os recursos para abertura dos créditos adicionais, de que trata o artigo 3º, desta lei serão provenientes da doação a ser realizada, de acordo com as disposições da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 011/2002

Curitiba, 04 de abril de 2002

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte - Região Metropolitana de Curitiba.

Para melhor atender às demandas de deslocamento de passageiros do sistema metropolitano de transportes coletivos, o Governo do Estado do Paraná, através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMC, e a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Companhia de Urbanização de Curitiba- S.A- URBS, planejam a implantação do Programa de Integração de Transportes da RMC-PIT, via financiamento do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES.

O PIT objetiva consolidar os avanços e melhorias recentes do sistema, que a partir de 1995, estendeu a integração físico-tarifária antes restrita ao município de Curitiba, aos atuais 14 municípios, através da implantação de linhas tronco-alimentadoras, terminais de integração, ônibus ligeirinho e bi-articulados, formando o que é considerada a melhor rede integrada metropolitana no País.

Essa rede gerenciada pela URBS, abrange 288 linhas urbanas na Capital e 104 linhas metropolitanas, que juntos transportam mais de 2 milhões de passageiros/dia.

Atualmente é possível fazer grandes deslocamentos como, por exemplo: Contenda-Curitiba-Itaperuçu ou Campo Largo-Curitiba-Piraquara pela tarifa única de R\$1,35 e também fazer compras no Terminal de Pinhais, onde uma parceria inédita possibilitou a implantação de terminal totalmente financiado pelo setor privado.

Porém, o avanço da rede não foi acompanhado pelo necessário suporte de infra-estrutura urbana, principalmente relacionados a novas vias de tráfego e a novos terminais de integração. Essa defasagem deve-se ao grande crescimento populacional da RMC nos anos recentes, e à falta de capacidade de investimentos das Prefeituras Municipais.

Faz-se urgente o aporte de grandes investimentos para garantir padrões de conforto, segurança e atendimento aos usuários de toda a rede metropolitana, nos níveis aos verificados na Capital.

É necessário garantir, também, bases de expansão futura do sistema, para absorver as necessidades de novas integrações e ao crescimento populacional. Projeções de crescimento indicam um adicional de quase 1 milhão de novos habitantes na RMC para os próximos 10 anos.

O PIT, alinhado a estas demandas, contempla investimentos em 4 grandes linhas de ação:

1) Ligação Intercidades

A Ligação Intercidades é um novo eixo de transporte que promoverá a integração entre municípios da RMC sem passar por Curitiba. A ligação parte do município de Almirante Tamandaré, passando por Colombo, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e chegando à Fazenda Rio Grande.

Prevê-se a implantação de vários terminais (Cachoeira, Colombo Nova, Maracanã, Rui Barbosa, São José), de obras de arte (trincheiras e viadutos) em cruzamentos problemáticos e pavimentação de grandes extensões de vias.

A Ligação Intercidades vai desafogar o atual sistema radial, onde todas as linhas passam por Curitiba e vai propiciar um maior desenvolvimento dos municípios problemáticos criando novas relações urbanas e econômicas entre eles.

No trecho São José dos Pinhais-Fazenda Rio Grande, o novo eixo vai cumprir o papel do indutor da expansão urbana na porção sul da RMC, já reconhecida

como o vetor desejável do crescimento metropolitano futuro.

2. Consolidação dos Corredores

São melhorias em corredores radiais existentes, com o objetivo de aumentar a capacidade de transporte. Prevê-se investimentos em pavimentação de trechos dos corredores Cachoeira-Almirante Tamandaré, Estrada do Ribeira, Leste-Oeste e Boqueirão-São José dos Pinhais, e em novos terminais de integração (Fazenda Rio Grande e Campo Largo).

3. Intervenções Complementares

Investimentos em miniterminais em Adrianópolis, Agudos do Sul, Bocaiúva do Sul e Angelina Caron (Campina Grande do Sul) e implantação de abrigos de ônibus em itinerários metropolitanos.

4. Frota

Investimentos em frota para a operação dos eixos de transporte, envolvendo a aquisição de ônibus comum (linhas alimentadoras) padron (linhas diretas e troncais), articulado (linha intercity) e bi-articulado (corredor leste-oeste).

O Programa de Integração do Transporte da RMC possui um cronograma de implantação em 30 meses (5 semestres), com previsão de início de obras no 2º semestre de 2002.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte - Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - Os prazos de carência e de amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo, obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições propostas pelo agente Financeiro.

Art. 2º - Para a garantia da operação de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantias, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, ou outras garantias em direito admitidas até o montante de que trata o art. 1º desta lei.

Art. 3º - O Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias anualmente para pagamento do serviço da dívida contratada, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação de crédito.

Art. 4º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos necessários à obtenção da operação de crédito e à outorga das garantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas com sua aplicação.

Art. 5º - Os recursos para abertura dos Créditos Adicionais de que trata o artigo desta lei serão provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 012/2002

Curitiba, 04 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, de uma área de 600,00m² (15x40 metros), situada no bairro do Portão, à Avenida República Argentina, nº 2.418, destacada de área maior havida pelo Estado do Paraná, conforme registro nº de ordem 24.278, do Livro 3-X, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O plano de lei ora proposto é de grande significado e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, ressaltando-se o fato de que a nobreza e os aspectos humanos e sociais expressos nas finalidades do uso do imóvel a ser cedido, por si só justificam plenamente a medida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso, à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, de uma área de 600,00m² (15x40 metros) situada no bairro do

Portão, à Avenida República Argentina, nº 2.418, destacada de área maior havida pelo Estado do Paraná, conforme registro nº de ordem 24.278, do Livro 3-X, do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado para as instalações da instituição, sem fins lucrativos, denominada de Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, a qual apresentou todos os requisitos legais que habilita à presente cessão de uso, onde, no local, deverá dar atendimento psicopedagógico adequado a crianças e adolescentes que apresentam distúrbios severos emocionais e de aprendizagem e desenvolverá demais atividades correlatas, sendo vedada a destinação diversa, sob pena desta cessão de uso tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias edificadas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimento, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - A cessão de uso, prevista nesta lei, contará com um prazo de duração de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogável por igual período, em conformidade com os interesses das partes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 457/2002, do Sr. Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Inajá-PR, no valor de 30.000,00 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e R\$2.880,00 - contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 1ª Exposição Agropecuária e 9ª Festa do Peão Boiadeiro de Inajá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 561/2002, do Sr. Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul-PR, no valor de 15.000,00 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e R\$1.500,00 - contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 1ª Feira Agro Industrial de Cruzeiro do Sul. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 768/2002, do Sr. Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Sociedade Rural de Umuarama-PR, no

valor de 55.000,00 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e R\$11.000,00 - contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 28ª Expo-Umuarama e paralelamente a 1ª Feira Internacional. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 656/2001, do Sr. Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Paranavaí-PR, no valor de 50.000,00 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e R\$5.000,00 - contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 31ª Expoparanavaí. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 778/2002, do Sr. Djalmir da Costa Bessa - ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Jardim Olinda-PR, no valor de 20.000,00 do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, e R\$2.000,00 - contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 1ª Feira do Peixe, Seminário, Treinamento e Capacitação de Produtores. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 129/2001, da Sra. Mirian de Fátima Zani-nelli Wellner - secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, encaminhando Balanço e Relatório do Fundo Paraná, no exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04/2001, do senhor José Tavares - presidente da Funrestran, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - Funrestran, exercício financeiro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Propostas de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

SÚMULA:

Altera o parágrafo único do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 88 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Esses crimes de responsabilidade serão definidos em lei complementar estadual.”

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

Líder PPS/PR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de Emenda Constitucional tem por objetivo tornar possível a regulamentação, através de lei complementar estadual, do artigo 88 da Constituição

do Estado do Paraná, que prevê os crimes de responsabilidade em que possa se enquadrar o governador do Estado.

A redação atual do parágrafo único propõe que os crimes de responsabilidade do governador do Estado sejam definidos em lei federal. Não é esse o entendimento da totalidade da doutrina do Direito Brasileiro. Entre os que defendem esta tese estão os professores Themistocles Brandão Cavalcanti e José Afonso da Silva, dois dos mais renomados juristas brasileiros.

O professor José Afonso da Silva, em seu “Curso de Direito Constitucional Positivo”, ensina às folhas 613, quando trata dos crimes de responsabilidade:

“Os crimes de responsabilidade do governador têm sido definidos em lei federal, porque prevalece o entendimento de que a Constituição Estadual não os pode estabelecer, porque se julga ser matéria de competência da União. Esse entendimento quanto à natureza dos chamados crimes de responsabilidade, tendo-os como de natureza penal. Se assim fosse, a competência seria mesmo da União. Mas não têm tal natureza. Constituem simples infrações político-administrativas, cuja definição legal de modo algum se inclui na competência legislativa da União, salvo quanto aos do presidente da República. Em nenhum dispositivo da Constituição da República veda-se às Constituições Estaduais regular tais infrações. Se formos ao fundo do sistema constitucional, acabaremos concluindo exatamente o contrário, isto é, no sentido de que a matéria é mesmo da competência do constituinte estadual.”

Diante do exposto, e entendendo que a regulamentação dos crimes de responsabilidade possa se dar a partir do Parlamento estadual, que vive a realidade do Estado do Paraná e pode estabelecer critérios de punição de acordos com o anseio social, como nos embasa o Mestre José Afonso da Silva, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda Constitucional.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º - O inciso III, do artigo 96, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 96 - ...

III - à promoção por merecimento e ao provimento inicial, precede a remoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data e sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Apoiamento:

Eli Ghellere, Nelson Justus, Marcos Isfer, Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Edno Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Nelson Tureck, Moysés Leônidas, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Orlando Pesutti, Renato Gaúcho, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura disciplina que “na magistratura de carreira dos Estados, ao provimento inicial e à promoção por merecimento precederá a remoção”.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre a constitucionalidade dessa norma em face da Constituição Federal de 1967. Como na atual não há inovação, encontra-se recepcionada (RT 118/568, RE nº 94.822-RJ, relator ministro Néri da Silveira).

Entende o Supremo Tribunal Federal que a Assembléia Legislativa do Estado não pode disciplinar a movimentação da carreira da magistratura estadual de forma diversa do constante do artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura. A matéria é objeto de lei complementar federal, cuja competência de iniciativa pertence ao Supremo Tribunal Federal.

Através da Emenda Constitucional nº 7, de 24 de abril de 2000, esta Assembléia Legislativa editou regra idêntica à suspensão pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 468-9/600, cuja decisão segue anexa.

Com efeito, basta ter em mente que a antiqüidade é um direito sagrado do magistrado. Ao permanecer por período mais longo na entrância, fê-lo com amparo da lei, vale dizer, no mencionado artigo 81 da Lei Orgânica da Magistratura, que não obriga deva percorrer os degraus da carreira em ritmo acelerado. Ao fixar-se numa comarca, assim o fez por opção de vida. Abdicou da progressão célere, no mais das vezes por questões familiares e em respeito aos jurisdicionados, visto que para bem desempenhar sua missão de julgar haveria - e haverá - de estar em perfeita sintonia com sua vida particular, seja agora, no meio do caminho, surpreendentemente, alterada essa regra.

Na magistratura de carreira dos Estados, ao provimento inicial e à promoção por merecimento precederá a remoção.

O dispositivo é salutar, sempre, reiteradamente, reclamado pela magistratura. Visa a impedir é que os franceses denominam - *detournement du pouvoir*. Com efeito, desvio de poder. Ou, mais especificamente, criação de vagas a fim de favorecer pessoas determinadas. A norma, assim, atende ao princípio da igualdade (materialmente considerado), próprio do regime democrático. Confere, então, aos magistrados, o mesmo tratamento jurídico.

Portanto, esta emenda à Constituição Estadual tem a finalidade de corrigir inconstitucionalidade já apontada anteriormente pelo STF.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 161/2002, que denomina Rodovia Mário Ceni, a estrada que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 332/2000, que institui o processo de escolha dos diretores das escolas públicas estaduais mediante eleição direta e secreta pela comunidade escolar.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Noeli Rigo, pelo falecimento de seu esposo, senhor Alceu Rigo, do município de Porto Barreiro-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Alceu Rigo, deixou consternada toda população de Porto Barreiro. Pai, marido exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos familiares, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Alceu Rigo, soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua grande família, que neste momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje votos de pesar pelo falecimento do senhor Giocondo Nandi, que ocorreu no último dia 08 de abril, no município de Medianeira/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada através de sua esposa, senhora Blandina Locks Nandi, por meio de correspondência a ser encaminhada, Avenida Brasília, 1420, Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ADMIR BIER

Apoioamento:

Irineu Colombo.

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da senhora Maria Quadri, ocorrido hoje, 09 de abril de 2002 em estabelecimento hospitalar de Cascavel.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento à família enlutada, na pessoa do senhor Claudio-miro Quadri, filho da extinta, à Avenida Iguaçu, s/nº, no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Procedente do Rio Grande do Sul, Maria Quadri residia em Capitão Leônidas Marques, há aproximadamente trinta anos. Era casada com Romildo Quadri e possuía 5 filhos; Claudiomiro, Dilamar, Gilmar, Luiz Carlos e Renilson.

No último dia 18 de março, a residência dos Quadri foi alvo de um assalto, tendo sido, dona Maria, vitimada por um disparo de arma de fogo. Socorrida e levada ao hospital, permaneceu na UTI até hoje, quando, não resistindo aos ferimentos, veio a falecer.

Mais uma vez se comprova que o Estado do Paraná vem sendo assolado pela violência, ceifando prematuramente a vida de pessoas honestas e deixando famílias em doloroso desespero. Cada dia mais se faz sentir a falta de segurança, para que possamos levar uma vida tranquila, até mesmo em cidades do interior.

Queremos manifestar aqui nossas sinceras condolências à família enlutada, nossa solidariedade, e também o nosso veemente repúdio a este ato vil e mesquinho que tirou de forma tão brutal a vida de uma mãe de família.

A sociedade, mais do que nunca, está a exigir dos poderes constituídos, providências que visem acabar com a violência e com a injustiça, que vem aumentando a cada dia.

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de pesar à família Nandi, em decorrência do falecimento do senhor Giocondo Nandi, ocorrido no dia 08 de abril de 2002.

Giocondo Nandi foi pioneiro na região oeste do Paraná, atuando ativamente na sociedade, sendo que, desde a década de 50 foi farmacêutico estabelecido na cidade de Medianeira.

Dessa forma, além dos votos de pesar à família, que fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, as homenagens ao grande pioneiro, senhor Giocondo Nandi.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar pelo falecimento de Anísio Grassi, vereador em Medianeira, pelo PMDB, ocorrido em 07 de abril de 2002, à Câmara Municipal de Medianeira e à sua família.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao senhor Aloísio Otávio Kuss Marins, patrão do CTG Esteio da Tradição do município da Lapa, extensivos aos demais membros da patronagem, peões e demais participantes daquele CTG, pela realização do XV Rodeio Crioulo e Festa Campeira, a realizar-se nos dias 12, 13 e 14 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Aloísio Otávio Kuss Marins, patrão do CTG - Centro de Tradições Gaúchas Esteio da Tradição do município da Lapa, eleito novamente para mais um período de 1998 a 2002, vem desenvolvendo um excelente trabalho à frente daquela instituição tradicionalista, apoiado pelos demais membros da patronagem.

O senhor Aloísio Otávio Kuss, já foi patrão por diversas vezes, em um período de aproximadamente 10 anos. Foi também capataz do mesmo CTG - Constituiu a atual cancha de rodeios do município da Lapa, transformando hoje no Parque de Eventos da Prefeitura Municipal.

O seu pai, Antonio Marins, foi o fundador do Centro de Tradições Gaúchas Esteio da Tradição na legendá-

ria Lapa. Sua mãe, a senhora Cacilda Kuss Marins, foi vereadora e presidente da Câmara de vereadores daquele município.

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo; votos de aplausos e congratulações, ao senhor Herton Renê Bittencourt, vice-presidente do MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho do Estado do Paraná, extensivos aos demais membros do movimento tradicionalista, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na propagação da cultura e dos costumes do povo gaúcho no nosso Estado.

O senhor Herton Renê Bittencourt, apaixonado pelas causas gaúchas, é atualmente vice-presidente da CBTG - Confederação Brasileira Tradicionalista Gaúcha e vice-Patrão do CTG Querência do Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Herton Renê Bittencourt, vice-presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do Estado do Paraná MTG, na atual gestão de 2001 a 2002, vem desenvolvendo um excelente trabalho de coordenação da Cultura Gaúcha em nosso Estado.

É o vice-presidente da Confederação Brasileira Tradicionalista Gaúcha - CBTG.

É também o vice-patrão do Centro de Tradições Gaúchas Querência do Santa Mônica, onde foi patrão anteriormente, desenvolvendo um excelente trabalho de divulgação do tradicionalismo riograndense no Paraná.

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de congratulações, ao senhor Luiz Anselmo Trombini, extensivo aos demais componentes da diretoria, pela posse à frente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - Fetranspar, bem como parabenizá-los pela inauguração da sua sede.

Solicito a especial gentileza em notificar ao interessado acerca do voto em apreço, no endereço da Rua Alferes Poli, 1477 - Rebouças - 80.230-090, nesta capital.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de congratulações, ao senhor

Elon da Silva Garcia, pela passagem dos cinquenta anos de aniversário dedicados à publicidade, através da Agência Elon Garcia Publicidade.

Solicito a especial gentileza em notificar ao interessado acerca do voto em apreço, no endereço da Avenida Paraná, 33 - apto. 12 - Cabral - 80.035-130, nesta capital.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações à Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais - ANFARMAG, através da presidente da Regional Paraná, Sra. Gladys Camargo Cardon, pela realização nos dias 05 e 06 de abril de 2002 do III Encontro de Lideranças da Anfarmag, ocorrido no Hotel Bristol Ambassador, em Curitiba-PR, e que contou com a presença de Farmacêuticos Magistrais de todo o País.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Consagrada em todos os meios que atua, a Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais - Anfarmag, é a entidade que mais cresce no segmento de farmácias e, embora com apenas 16 anos de existência, conquistou credibilidade perante as autoridades sanitárias e foi responsável por conquistas de extrema importância para a viabilidade do setor de farmácias magistrais.

Com esse nível de importância, o Paraná foi escolhido para sediar o III Encontro de Lideranças da Anfarmag, realizado no Bristol Ambassador Flat, em Curitiba, nos dias 05 e 06 de abril de 2002.

O evento contou com a participação da diretoria da Associação Nacional e de mais de 18 líderes das regionais e sucursais, bem como a presença de inúmeros associados do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam, registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Rural do Paraná alusivos à realização da 42ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, no período de 04 a 14 de abril de 2002.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, Dr. Francisco Luiz Prando Galli, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Tiradentes 6275, Cx 398, Londrina-PR. CEP.: 86072-360.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente:

O deputado que o presente requerimento subscreve, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER votos de louvor à Rede Paranaense de Comunicação (RPC), pelo trabalho que a Rede Globo vem desenvolvendo no combate ao uso de drogas, questionando com sinceridade e muita competência o tema na novela "O Clone" transmitida diariamente no chamado horário nobre da televisão.

Aprovado o presente, deverá ser expedida correspondência ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da RPC, afiliada à Rede Globo no Paraná, para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação e nomeação do Dr. Néfi Cordeiro para ocupar o cargo de juiz federal do egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região - RS.

A presente moção de apoio deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do magistrado, que tem por indicação ser o mais antigo da lista TRF 4ª Região, bem como ocupar o primeiro lugar na lista de merecimento para essa indicação.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente aos Exmos. Srs. Fernando Henrique Cardoso - presidente da República e Miguel Reali Júnior - ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de viabilizar a execução do asfaltamento do trecho ligando a sede do município de Mercedes à localidade de São Marcos.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal, Júlio Ostapechen e ao vereador Martinho Becker, através de correspondência a ser encaminhada para a Câmara Municipal de Mercedes-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Câmara Municipal de Mercedes. A referida solicitação foi apresentada pelo vereador Martinho Becker e foi aprovada por unanimidade na Sessão plenária daquela Casa de Leis, no dia 27 de março último. A obra é de grande importância para a região, porque além de melhorar as condições para o transporte da safra agrícola, contribuirá para a integração do município, também vai facilitar o deslocamento da população, já que a localidade de São Marcos concentra grande número de moradores, sendo uma das mais expressivas do município de Mercedes-PR.

REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a presidente da Fundepar - Denise Oldenburg Margareth Basgal, solicitando providências para a construção de cobertura junto à quadra esportiva existente no estabelecimento de ensino que abriga duas escolas: a Municipal 25 de Julho e a Estadual Monteiro Lobato, no município de Marechal Cândido Rondon -PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal Ítalo Fumagali e ao vereador Ário Pedro Martiny, através de correspondência a ser encaminhada para a Câmara Municipal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento atende solicitação do vereador Ário Pedro Martiny aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. As Escolas: Municipal 4 de Julho e Estadual Monteiro Lobato, estão localizadas num mesmo estabelecimento de ensino, no Jardim Primavera e, de acordo com a solicitação do vereador, essa cobertura servirá para que os alunos que ali estudam possam praticar atividades esportivas, independente das variações climáticas.

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando o envio urgente para esta Casa dos projetos de lei que tratam dos planos de Cargo, Carreira e Salários dos servidores do IASP, dos trabalhadores em educação da rede pública estadual, tendo em vista a necessidade legal de tal procedimento e a urgência do tratamento por conta do período eleitoral.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa de Leis não pode se omitir na responsabilidade de cobrar do Poder Executivo que envie a proposta do Plano de Cargos e Salários destes servidores. Tanto os funcionários do IASP como os trabalhadores em educação já enviaram a esta Casa como ao próprio governador, um projeto como sugestão. É importante que o conjunto de servidores participem coletivamente da construção deste projeto, mas é de responsabilidade do governo a iniciativa legal para que nós deputados estaduais, votemos tal matéria.

Tendo em vista a chegada do período eleitoral, bem como de seus impedimentos para aumento salarial, a discussão de tais projetos tem extrema urgência para atender aos anseios destas categorias tão importantes para o sucesso da administração pública.

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, depois ouvido o soberano Plenário, sejam enviados expedientes à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Secretaria de Estado de Esporte e Turismo e a direção brasileira e paraguaia da Itaipu Binacional, sugerindo potencialização do espaço turístico da barragem, e do vertedouro desta empresa, com o objetivo de permitir a permanência maior dos turistas em Foz do Iguaçu e gerar mais empregos nesta cidade.

Neste sentido, sugerindo a criação de uma apresentação com luzes e águas na Itaipu Binacional com apresentação de cada duas noites, junto às instalações da barragem da usina e no vertedouro, desta forma atrair a permanência do turista por mais uma noite em Foz do Iguaçu, sugerindo também, que seja aberto a cada dois dias, de forma invertida aos dias da apresentação noturna do show de luzes e águas, mesmo em fins de semana e feriados, a visita ao canteiro de obras, barragem e turbinas da Itaipu Binacional.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO

ELI GHELLERE

CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A sazonalidade (temporada) da oferta de trabalho pelo turismo deve ser diminuída pela geração de emprego e potencialização da ofertas existente. Além disso, devemos buscar alternativas que permitam a permanência do turista por um período maior na cidade de Foz do Iguaçu com a oferta de novos atrativos turísticos.

Entendemos que deva ser um programa que tenha a participação de recursos federais, por se tratar de uma cidade que interessa para a imagem do Brasil o seu desenvolvimento, além de trazer divisas e divulgar as belezas da terra tupiniquim. Para isso, além dos recursos municipais e estaduais, os recursos federais devem vir inicialmente pelos investimentos da empresa Itaipu Binacional.

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, que sejam realizados os serviços de conservação (tapaburaco, limpeza de canaletas e roçada do mato das laterais) da estrada que liga Andirá à Santo Antonio da Platina, passando pela Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada estreita onde em muitos pontos o mato está invadindo a pista e dificultando a visibilidade.

As canaletas estão obstruídas e com a chuvas a água escorre pela pista tornando-a perigosa.

Começaram os buracos na pista. Se a manutenção não for feita logo, os prejuízos para o Estado aumentarão.

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, que seja restaurado o pavimento da estrada que liga a BR-369 à Estrada do Cerne, passando por Nova América da Colina.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da estrada em referência está danificado e merece uma recuperação imediata para que o Estado não tenha maiores prejuízos.

Por outro lado, a restauração solicitada permitirá condições de tráfego e evitará prejuízos aos seus usuários.

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. a Sra. Denise Margareth Uldenburger Basgal, diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, que sejam retomadas e concluídas as obras de construção da Quadra Esportiva Coberta do Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis - Ensino Fundamental e Médio, em Santa Mariana, paralisadas há aproximadamente, sete anos.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste a S. Exa. a Sra. Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra inacabada, que teve sua construção paralisada há cerca de sete anos.

Só foram implantadas a estrutura e a cobertura. O piso é de terra. É preciso construir o piso, o fechamento lateral com tela, banheiros e iluminação.

Como obra inacabada deve merecer atenção especial do governo.

Além disso, trata-se de uma escola com cerca de 1.000 alunos, que precisa desse espaço para as aulas de Educação Física e Recreação.

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, que sejam realizados os serviços de conservação (tapaburaco, limpeza de canaletas e roçada do mato das laterais) na Rodovia do Cerne no trecho entre Ventania e São Sebastião da Amoreira.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Em alguns pontos da estrada o pavimento está inteiramente danificado e, caso os serviços sejam realizados imediatamente, evitar-se-ão maiores prejuízos futuros para o Estado.

Há, também, a necessidade de limpeza das canaletas e roçada do mato das laterais da pista que diminuem a visibilidade dos que nela trafegam.

Além disso, a conservação permanente das estradas é uma obrigação do governo.

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores ofício solicitando a manifestação e intervenção do Presidente Fernando Henrique Cardoso no conflito no Oriente Médio, envolvendo árabes e palestinos.

Cientes do reconhecimento e respeito que o nosso presidente da República desfruta no mundo inteiro, solicitamos que V. Exa. aja no sentido de colaborar com a busca pela paz, fazendo cessar o massacre do povo palestino. Um posicionamento mais firme do Brasil com relação a esse conflito, temos certeza de que ecoará positivamente em benefício deste povo que luta incansavelmente pelo reconhecimento de seu território, sua pátria.

Diante do exposto, nossa solicitação é que o governo do Brasil adote medidas emergenciais capazes de ajudar a minimizar as consequências desastrosas que poderão advir deste conflito.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa o envio de correspondência ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara dos Deputados, solicitando dos mesmos providências no sentido de evitar o aumento da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O artigo 3º da Medida Provisória nº 22, de 08 de janeiro de 2002 majorou em quase 200% a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, aplicável às sociedades prestadoras de serviços que apuram seus resultados de acordo com o lucro presumido.

Essa disposição onera mais uma vez as atividades prestadoras de serviço. As empresas brasileiras passam por momento crítico, mantendo-se no mercado com grande dificuldade, produzindo e gerando empregos. Contudo, o Estado tem que conter a voracidade arrecadadora de impostos e contribuições, sob pena de inviabilizar o crescimento do nosso mercado interno.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica constituída, de acordo com os artigos 36, § 4º e 122, § 2º, III, do Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados, para investigar e apurar formação de cartel entre empresas independentes, que restringe a concorrência e eleva os preços dos gêneros de primeira necessidade e demais produtos de uso da população, integrada por 11 (onze) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua instalação, prorrogável por mais a metade do tempo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) GERALDO CARTÓRIO

Apoiamento:

Chico Noroeste, Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia, Tony Garcia, Luiz Carlos Martins, Nelson Tureck, Cezar Seleme, Edno Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Sérgio Spada, Durval Amaral, Luiz Fernandes da Silva Litro, Algaci Tulio, Aedmar Traiano, Luiz Carlos Alborghetti e Duílio Genari.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 196/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Usina Termoeletrica no município de Carambeí.

Art. 2º - A construção da Usina Termoeletrica está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão de licença prévia (LP) na forma da lei.

Art. 3º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

As pequenas Usinas Termoeletricas surgem com o objetivo de minimizar a crise energética, evitando com tal crise, queda de produção dos setores, diminuição da arrecadação de impostos e aumento dos índices de desemprego.

O objetivo na implantação deste projeto, vem em primeiro lugar realizar o reaproveitamento dos resíduos industriais e florestais gerados pela empresa, buscando a obtenção de energia elétrica no sentido de suprir a demanda de consumo previsto para a implantação da nova fábrica de beneficiamento de madeira.

Tal usina promoverá a todo o município e à região dos Campos Gerais, desenvolvimento sustentável e oportunidades na geração de empregos, pois buscará mercados internacionais.

Em face do exposto, e do Relatório de Inspeção Prévia do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) anexo, concluímos que os aspectos sociais, ambientais e econômicos são contemplados pelo projeto de construção da usina termoeletrica.

PROJETO DE LEI Nº 197/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declarada de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município e comarca de Iretama-PR.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, fundado em 14 de junho de 1992, é uma entidade

civil de direito privado, beneficente, filantrópica, caritativa e de assistência social, sem fins lucrativos, sem distinção de raça, condição social, credo político ou religioso, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede à Rua Prudente de Moraes, s/nº município e comarca de Iretama-PR.

PROJETO DE LEI Nº 198/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, é uma sociedade civil fundada em 01.05.83, com personalidade jurídica de direito privado, tendo por finalidade proporcionar diversões esportivas, recreativas e culturais aos seus associados.

Pela documentação anexada a proposição constatamos que a entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994/78, que regulamenta a matéria.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres deputados no sentido de aprovar o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 199/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont foi fundada em 03.06.79, com a finalidade de proporcionar diversões esportivas, recreativas e culturais aos seus associados.

Possuindo personalidade jurídica de direito privado, conforme documentos em anexo, a entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei 6994/78, para ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Desta forma, objetivando reconhecer o excelente trabalho que a atual diretoria vem desenvolvendo em

benefício da comunidade, solicitamos o apoio dos nobres pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 200/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo encaminhará anualmente ao Poder Legislativo, como parte integrante da Prestação de Contas, o “Mapa da Exclusão Social”.

Art. 2º - O “Mapa da Exclusão Social” consiste num diagnóstico anual e regionalizado da exclusão ‘social no Estado, com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas e segurança, relativos ao ano referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação.

Art. 3º - Os indicadores sociais a serem utilizados na construção do “Mapa de Exclusão Social” são:

I - expectativa de vida: expectativa de vida, em ano, ao nascer;

II - renda: PIB per capita, ajustado ao custo de vida local, indicadores de concentração de renda, número de pessoas abaixo da linha da pobreza;

III - desemprego: percentual médio da população economicamente ativa desempregada;

IV - educação: média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior;

V - saúde: número de postos de saúde, de leitos hospitalares, de agentes comunitários de saúde em relação ao número de habitantes, mortalidade infantil.

VI - saneamento básico: percentual de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo;

VII - habitação: déficit habitacional medido através do número de pessoas que vivem em loteamentos irregulares, destacando-se as áreas de risco;

VIII - população em situação de risco nas ruas: quantidade de pessoas nesta situação que se encontram nas ruas;

IX - segurança: número de ocorrências policiais por grupo de habitantes.

Art. 4º - A lei que aprovar o Plano Plurianual disporá também sobre as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no “Mapa de Exclusão Social”, bem como sobre a estratégia que será adotada para seu atingimento durante o período de sua vigência.

Art. 5º - Integrará o projeto de lei orçamentária anual o “Anexo de Metas Sociais”, que conterà as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no “Mapa

da Exclusão Social” a serem atingidas no próximo ano, bem como a discriminação das ações a serem desenvolvidas para tanto, quantificadas financeira e fisicamente sempre que possível.

Parágrafo Único - O “Anexo das Metas Sociais” conterá, ainda, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Art. 6º - O descumprimento do disposto nesta lei caracteriza crime de responsabilidade, previsto no artigo 88 da Constituição Estadual.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Durante muito tempo os brasileiros conviveram com o famigerado monstro da inflação, sempre representado por um dragão. Chegamos a registrar, em tempos não muito longínquos, inflação mensal de 90%. Formava-se, evidentemente, um ambiente intranquilo a toda a população. E geralmente o salário, principal defesa dos cidadãos descamisados, não acompanhava o ritmo imposto pelo dragão.

Em 1994, com a instituição do Plano Real, os brasileiros começaram a acostumar-se com a baixa inflação, até então a grande devoradora dos salários, e, iniciou-se um período de recuperação da estabilidade da moeda, período este que, infelizmente, dura até nossos dias.

Era preciso, além da recuperação da credibilidade da moeda, com a sua valorização e estabilidade, impor aos gestores do dinheiro público a administração comedida das finanças. O desperdício de verbas públicas era temido, pois sua ocorrência desequilibraria a condução do temido plano que nos levava à estabilidade. Foi necessária, então a adoção de uma legislação que amarrasse o destemperado dos gastos fáceis, do desperdício de dinheiro público, da sua má aplicação. Veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs regras à gestão financeira pública e responsabilidade civil e criminalmente os que dela se afastam.

Há entre nós, porém, um sonho a ser alcançado: a melhora da condição de vida dos mais carentes, a inclusão destes necessitados no rumo do emprego, da educação, da saúde, da segurança. O equilíbrio social, a busca de uma sociedade mais fraterna, solidária e justa, nos moveu ao ponto de tentarmos promover o debate em torno deste projeto de lei, que institui a “Lei de Responsabilidade Social”.

O projeto torna obrigatório ao Poder Executivo confeccionar e divulgar anualmente, ao lado e simultaneamente como Balanço Geral do Estado, o Balanço da Exclusão Social, denominado neste projeto de “Mapa de Exclusão Social”. Ao mesmo tempo, obriga o Poder Executivo a incluir na Proposta do Orçamento Anual o Anexo das Metas Sociais, onde constarão as metas de

melhoria social previstas para o ano seguinte, assim como os projetos e atividades orçamentárias cuja finalidade seja expressamente voltada para alcançar as referidas metas.

Ao Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e ao Ministério Público, fiscal da sociedade, cabe a tarefa de analisar ano a ano os resultados alcançados, e responsabilizar os gestores públicos. Cabe ainda à sociedade, principal interessada na melhora dos índices sociais, a fiscalização sobre o cumprimento desta lei.

Portanto, entregamos ao salutar debate este projeto, que julgamos como um importante instrumento de melhora de vida das pessoas em sociedade, razão de ser de toda a atividade pública.

PROJETO DE LEI Nº 201/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Estadual nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam, proibidos a distribuição, fornecimento, oferta e comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimentos revendedores de combustíveis (postos de gasolina) localizados às margens das rodovias estaduais e federais no âmbito do Estado do Paraná.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO
MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade alterar o artigo 1º da Lei nº 13.463, no sentido de restringir a venda de bebidas alcoólicas apenas nos estabelecimentos de revenda de combustíveis localizados as margens de rodovias, possibilitando o comércio de bebidas alcoólicas nos postos de combustíveis localizados em perímetros urbanos.

Justifica-se a alteração pelo fato de que a liberação do comércio de bebidas nestes estabelecimentos não significa que os seus consumidores façam uso abusivo do álcool. O uso moderado de bebidas alcoólicas, até o limite de seis decigramas por litro de sangue, é permitido pelo artigo 165 do Código de Trânsito. Acima destes níveis é que inexistente proteção legal para a conduta, e ainda aos que fazem condução de veículo automotor.

O que não se deve é penalizar os estabelecimentos de revenda de combustível a ponto de proibi-los de comercializar bebidas alcoólicas. A penalidade deve se restringir aos consumidores que ultrapassam os limites impostos pelo Código de Trânsito e que conduzem veículos em estado de embriaguez.

Portanto, pretende-se alterar a lei já citada no sentido de restringir o comércio de bebidas apenas às margens das rodovias no Estado do Paraná, possibilitando o comércio pelos postos localizados em perímetro urbano. Os abusos decorrentes do consumo de álcool e condução de veículos deve ficar a cargo da fiscalização da Polícia Militar, que deve proceder com o que preceituam nossos Códigos de Trânsito e Penal.

PROJETO DE LEI Nº 202/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os proprietários de veículos apreendidos junto ao pátio do Detran poderão parcelar débitos referentes a estadias de pátio e despesas de guincho para fins de liberação e legalização da situação documental e cadastral.

Parágrafo Único - O benefício fica estendido aos que não tenham realizado a transferência no Detran, devendo nestes casos fazer prova da propriedade e realizar a regularização cadastral no ato do parcelamento.

Art. 2º - Os valores poderão ser parcelados em até 10 vezes, observado o mínimo de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada parcela.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.
(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto pretende possibilitar aos proprietários de veículos apreendidos o parcelamento de seus débitos de estadia de pátio e guincho junto ao Departamento de Trânsito do Paraná.

A concessão do parcelamento permite que os veículos possam ter sua situação cadastral regularizada e, desta forma, possibilitar aumento de arrecadação ao Detran e à Secretaria da Fazenda. Muitas vezes os pro-prietários de veículos não pagam IPVA e multas atrasadas justamente porque as despesas com estadia de pátio transformam-se em verdadeiros empecilhos à regularização cadastral do veículo.

Permitindo-se o parcelamento, o pagamento dos débitos se dilui em frações e permite aporte de recursos aos órgãos arrecadadores do Estado, quais sejam, Detran e Secretaria de Fazenda.

Pelo exposto, rogo pelo apoio dos nobres pares no sentido de aprovarmos a presente postulação.

PROJETO DE LEI Nº 203/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estender a Gratificação de Produtividade concedida aos servidores do Quadro Geral do Estado e às categorias de base da Polícia Civil, no valor de R\$100,00 (cem reais) aos integrantes dos quadros da Polícia Militar, de Soldado de 2ª Classe a 1º Tenente.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata o *caput* deste artigo não servirá como base de cálculo para quaisquer outras vantagens remunerativas e nem sobre ela incidirá qualquer contribuição ou retribuição previdenciária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002
(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A propositura desta lei se justifica ante o fato de que os policiais militares foram excluídos de todos os benefícios concedidos aos policiais civis e aos servidores do Quadro Geral do Estado, sem que para isto tenha havido qualquer justificativa estatal.

Que não se encontre semelhança entre estas gratificações com a "indenização de horas extraordinárias", concedida pela Lei nº 13.280, de 16 de outubro de 2001, pois estas tem como contrapartida o esforço por trabalhos extraordinários, em jornadas novas ou prolongadas, decorrentes, dentre outras razões, da falta de efetivos (quadro) policiais, conforme consta da sua própria justificativa.

Por conseqüência, o Poder Legislativo, aprovando esta lei estará proporcionando ao Poder Executivo a oportunidade de corrigir grave injustiça que está cometendo contra os servidores da base da Polícia Militar, lastimavelmente esquecidos na oportunidade em que se premiou, mesmo que modestamente, outros segmentos de servidores públicos do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 204/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 1º, inciso III, da Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, alterada pela Lei 8.589, de 22 de outubro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria, respeitado o disposto no inciso VI, do artigo 4º, da Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999, bem como a entidade não distribui lucros, bonificações

ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A lei estadual regulamentando a declaração de Utilidade Pública não pode conter dispositivo contrário à lei federal. Em relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público vigora o disposto na Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999, a qual, em seu artigo 4º, inciso VI, prescreve “a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação”.

É preciso destacar que não podemos deixar de acompanhar os avanços da legislação administrativa. A legislação estadual data de 1978, com alteração em 1987, enquanto a legislação federal citada foi editada em 1999.

Em face do princípio federativo, inscrito na Constituição Federal como cláusula pétrea, não pode o Estado do Paraná furtar-se de cumprir disposição de lei federal, a não ser que a eficácia da norma seja suspensa através de controle de constitucionalidade.

Isto posto, apresentamos este projeto de lei a fim de que esta Assembléia possa melhor refletir sobre o assunto, acolhendo, para a declaração de Utilidade Pública, o disposto na Lei Federal 9.790, de 23 de março de 1999.

PROJETO DE LEI Nº 205/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os processos de criação, autorização de funcionamento e de abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinadas às disposições da presente lei.

Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação na área médica, por universidades e demais instituições de educação superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - Na avaliação feita pelo Conselho Estadual de Educação deverão ser consideradas as condições da entidade mantenedora do estabelecimento de ensino, da estrutura do curso, da qualidade dos seus recursos didático-pedagógicos e de sua manutenção.

§ 2º - Para atender o requisito de manutenção, a instituição de ensino responsável pela criação de curso de

graduação na área médica deverá comprovar dotação orçamentária específica para sua completa implantação, bem como formas de sustentação financeira, a médio e longo prazos.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação deverá encaminhar a matéria ao Conselho Estadual de Saúde, para que se manifeste, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sobre os aspectos de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde analisar e avaliar, com audiência prévia do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná e da Associação Médica do Paraná, as solicitações de criação dos cursos a que se refere a presente lei e qualquer dos seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo e terminativo, no prazo máximo de 90 dias, no que respeite à observância da necessidade social e dos requisitos mínimos estabelecidos conjuntamente pelo Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira.

Parágrafo Único - As referidas entidades médicas estaduais terão o prazo máximo de 60 dias para se manifestarem sobre a observância ou não dos requisitos mínimos para a criação, implantação, aumento de vagas, suspensão e manutenção dos cursos e o seu pronunciamento, devidamente fundamentado, será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - Parecer contrário do Conselho Estadual de Saúde, sempre que coadunante com a manifestação das entidades médicas estaduais antes mencionadas, motivará o Conselho Estadual de Educação, a negar as solicitações de criação e autorização dos cursos, com o conseqüente arquivamento dos respectivos processos.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados e aquelas que estiverem em funcionamento serão objeto de avaliação permanente pelos Conselhos Estaduais de Educação e de Saúde, os quais não dispensarão, para tanto, a colaboração das entidades médicas especificadas no artigo 4º, tendo em vista o objetivo comum de ver assegurada a qualidade do ensino e a efetiva implantação do que houver sido proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências de ensino e/ou irregularidades no processo de avaliação, às instituições responsáveis será concedido o prazo de um ano para que as mesmas sejam sanadas.

§ 2º - Esgotado o prazo, a reavaliação que então se fará poderá resultar na suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.

§ 3º - O reconhecimento do curso ficará condicionado aos resultados da avaliação prevista neste artigo.

Art. 7º - Sob o princípio de cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde manifestar-se-ão previa-

mente junto aos Conselhos Nacionais de Educação e de Saúde, sempre que houver a intenção de instituições de educação superior, vinculadas ao Sistema Federal de Educação, instalarem cursos na área da saúde, no território paranaense.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, ouvidos os Conselhos Estaduais de Educação e de Saúde, com manifestação perante estes, as entidades médicas nela referidas.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 22 da Constituição Federal, em seu inciso XXIV, inscreve na competência privativa da União, as diretrizes e bases da educação nacional, cujas normas gerais apenas por ela podem ser estabelecidas.

Entretanto, a Lei Maior, no inciso IX do artigo 24, concede competência concorrente, aos Estados e ao Distrito Federal, no concernente “à educação, cultura, ensino e desporto”, restando claro que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades (artigo 24, parágrafo 311), com ressalva de que a superveniência de lei federal sobre normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual, no que àquela for contrária (artigo 24 parágrafo 411).

Vigente a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 3.394, de 20.12.96, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, deferindo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino (artigo 811), ensejando-lhes autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (artigo 10, IV).

A formação de recursos humanos na área de saúde tem características diferenciadas. A Constituição Federal estabelece como atribuição do Sistema Único de Saúde - SUS - “ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde”. (artigo 200, inciso III).

O SUS, como se sabe, é constituído por órgão e instituições federais, estaduais e municipais. A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que regula, dispõe em seu artigo 27 que um dos objetivos da política de recursos humanos, que será formalizada e executada articuladamente pelas diferentes esferas de governo, é a organização de um sistema de formação em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação.

O Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde, como órgãos máximos no estabelecimento da política de saúde, portanto, devem ser ouvidos, em

caráter terminativo, quando da criação de cursos nessa área.

Assentes estas premissas básicas, há que se reconhecer notória e por todos conhecida a mobilização da sociedade, no sentido de ver restringidas as possibilidades de criação de novos cursos de graduação na área de saúde, por universidade e demais instituições de ensino superior.

A evidência da existência de cursos de qualidade inferior, prodigalizando a formação de profissionais de capacidade discutível, tem motivado o desenvolvimento de uma ação conjunta da sociedade e de todas as entidades ligadas ao setor, na busca da obstaculização da proliferação indiscriminada de cursos de Medicina e da melhoria dos rendimento qualitativo do ensino em todo o País.

As avaliações promovidas pelo Ministério da Educação têm apontado para a necessidade de providências urgentes visando a melhoria da qualidade dos cursos superiores voltados para a formação de profissionais da área de saúde.

De participar, concretamente, dessa mobilização, não se pode furta o Poder Público Estadual, na esfera de sua competência atributiva!

Daí porque a apresentação do presente Projeto de Lei, que estabelece requisitos para a criação, autorização de funcionamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

A sua finalidade precípua é, repete-se, obstaculizar a criação indiscriminada de cursos de Medicina, mediante a enunciação de múltiplas condições que são indubitavelmente necessárias para que se possa ter ou ofertar um ensino médico de qualidade.

A perspectiva de avaliação permanente dos cursos que venham a ser criados e das instituições que já os tenham em funcionamento, pelos Conselhos Estaduais de Educação e de Saúde, e ainda das entidades médicas, forçará uma maior preocupação em se evitarem deficiência ou irregularidades que, se constatadas, poderão motivar a suspensão temporária e até a desativação dos cursos autorizados.

O que o Projeto preconiza encontra pleno respaldo nas expressões contidas no Parecer SR-79, da Consultoria Geral da República, de lavra do doutor Saulo Ramos, *in verbis*:

“A sociedade deseja médico que saiba Medicina, que se tenha preparado cientificamente para cuidar da saúde do povo e que não seja, pela precariedade do ensino improvisado na industrialização de diplomas, uma ameaça à vida do paciente”.

Afigura-se-nos inegável que somente com cursos de graduação capazes de preparar profissionais de sólida formação técnica, ética e humanitária é que se tornará possível assegurar melhor qualidade na assistência à saúde no Brasil. E o Paraná não pode ficar omissa na busca dessa melhor qualidade.

Para tanto, o presente projeto de lei se consonantiza com os anseios da sociedade e se reveste de elevado e indiscutível interesse público, na medida em que tem como escopo primordial, impedir a proliferação de cursos de Medicina sem condições de graduar bons profissionais.

PROJETO DE LEI Nº 206/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas, coordenadas 24º55'11"S, 51º24'28"W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo anterior dependerá da aprovação de projeto técnico de impacto ambiental pela autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Confluência, localizada no Rio Marrecas, do interesse de Prideli Indústria e Comércio de Papéis Ltda.

A implantação de pequena usinas hidrelétricas interligadas ao sistema elétrico constitui uma alternativa de aproveitamento de energia no Estado do Paraná.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que, "observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa...".

PROJETO DE LEI Nº 207/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta, coordenadas 24º34'19" e Longitude 51º33'31".

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo anterior dependerá da aprovação de projeto técnico de impacto ambiental pela autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta, no município de Manoel Ribas, do interesse de Mega Construções Elétricas Ltda.

A implantação de pequena usinas hidrelétricas interligadas ao sistema elétrico constitui uma alternativa de aproveitamento de energia no Estado do Paraná.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que, "observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa...".

PROJETO DE LEI Nº 208/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga, coordenadas 24º43' S, 51º32' W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo anterior dependerá da aprovação de projeto técnico de impacto ambiental pela autoridade competente, nos termos do artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga.

A implantação de pequena usinas hidrelétricas interligadas ao sistema elétrico constitui uma alternativa de aproveitamento de energia no Estado do Paraná.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que, "observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa...".

PROJETO DE LEI Nº 209/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os integrantes da Polícia Militar do Paraná ficam dispensados de pagamento da tarifa de pedágio em todas as praças de cobrança do Estado.

Art. 2º - A dispensa de que trata esta lei, aplica-se aos policiais militares que estiverem trafegando com seus veículos particulares, desde que comprovem a propriedade do automóvel e se identifiquem com membro da PM.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo de beneficiar a categoria cujos salários vivem defasados, além de promover a igualdade de direito entre os militares e as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual.

A isenção do pedágio seria uma medida justa para com a categoria, haja vista a rotina estressante e a necessidade de convívio maior com familiares, que nem sempre moram na mesma cidade, em função da alta rotatividade desses profissionais.

Pelo exposto acima, conto com a colaboração dos pares para que no Paraná a Polícia Militar seja tratada com o devido respeito e igualdade perante outros policiais que desempenham funções semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 210/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os policiais militares ficam autorizados a solicitar Licença Especial Remunerada, após completarem cinco anos de serviço.

Art. 2º - A licença de que trata esta lei, será pelo prazo de três meses e concedida a cada período de cinco anos, mediante solicitação do militar.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo de promover a igualdade de direitos entre os servidores públicos estaduais. Os funcionários da administração direta usufruem da possibilidade de solicitar licenças remuneradas de três meses a cada cinco anos. Para ter o mesmo benefício, os policiais militares precisam trabalhar o dobro do tempo.

Essa discriminação fica ainda mais injusta quando aplicada a uma categoria que desenvolve uma atividade tão estressante quanto a de segurança pública. A licença remunerada, tenho certeza, reduziria os casos de licenças médicas e afastamentos provocados por problemas psicológicos, cujos índices são alarmantes.

Pelo exposto acima, conto com a colaboração dos pares para que no Paraná a Polícia Militar seja tratada

com o devido respeito e igualdade perante os demais servidores públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, visitantes.

Todo mundo pensa que o episódio da Copel já está esquecido, mas a população do Paraná e principalmente a geração futura, haverá de memorizar quais seriam os caminhos que o Paraná teria se a Copel fosse vendida: uma venda que iria sacrificar gerações, trazer prejuízos ao erário público e dilapidar o patrimônio já quase falido do Estado do Paraná.

Um Paraná que para ter estrada teve que privatizar e cobrar caro, como está sendo cobrado o pedágio; um Paraná que teve e tem o sacrifício dos funcionários públicos estaduais de sete anos e meio sem aumento; um Paraná que tirou a saúde, acabou com o IPE da família do servidor público do Estado, criou a Parana Previdência e não sai do papel o atendimento médico-hospitalar a todos os familiares dos servidores públicos do Estado.

O Paraná que mente a todos nós que a segurança está muito bem; são assaltos diários, seqüestros e principalmente, a falta de liberdade para o cidadão, para o chefe de família e para a família andar com tranquilidade até na rua do seu bairro ou no centro da comunidade onde reside.

Esse é o Paraná. O Paraná que aqui veio o governador numa entrega de título e testemunhamos que gerou mais de setecentos mil empregos ao Paraná. Nós reconhecemos que alguma coisa foi feita com a implantação do pólo automotivo no nosso Estado, mas outros segmentos da economia foram esquecidos. O Paraná esqueceu do interior do Estado; o Paraná das estradas não pedagiadas que plantaram bananeiras e os cachos daquelas bananeiras plantadas no meio das estradas já estão dando frutos, porque, não nós da Oposição, da bancada do povo, mas o ilustre deputado Edno Guimarães, o deputado Basílio Zanusso, outros grandes deputados da Situação também reclamavam do estado precário e de abandono que se encontram aquelas vicinais e alimentadoras daquele anel de integração desenhado na campanha política que ninguém sabia por que era o anel de integração da privatização das estradas para o povo pagar esses famigerados pedágios.

Aqui nesta Casa, houve uma luta do povo representada pelos deputados que defendiam a não venda da Copel e aqueles que desejaram e quase venderam a Copel.

Eu falava no início que não estava esquecida. Por quê? Porque a Copel hoje demonstra, no seu balancete, 473 milhões de reais de lucro! É uma Companhia saudável, que faz honra à tradição do Paraná. Há muitos milha-

res e milhões de paranaenses que ajudaram a ser ela o que é. Disse que não estava esquecida, porque recebo hoje em meu gabinete, não para orgulho nosso, mas para satisfação dessa bancada de Oposição que galhardamente, não deixou vender a Copel. E aqui está de uma Câmara Municipal de Pato Branco, do nosso ilustre deputado Augustinho.

A Câmara Municipal de Pato Branco, em Sessão realizada homenageou o líder do PDT, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Luiz Carlos Zuk, conferindo a presente moção de aplauso, por iniciativa dos vereadores Dirceu Dimas Pereira-PPS, Nereu Faustino Ceni do PC do B, Nelson Bertani - PDT, Vilson Dala Costa- PMDB, subscrita ainda, deputado Nereu Moura, pelos vereadores Augustinho Rossi, Antonio Urbano da Silva do PSC, Arcedinos de Fragas - PFL, Clóvis Gresele- PPB, Laurinha Luiza do PPB, Leonir José Favin- PMDB, Silvio Hasse do PDT, e Valmir Tasca do PFL.

Esses, senhores deputados, e caro deputado Caíto Quintana, que tem lá no sudoeste as suas bases e nós temos aqui o reconhecimento, não de todos nós da oposição, é o reconhecimento realmente, do trabalho vosso que tão bem representa o Oeste e o Sudoeste do Estado, conjuntamente com outros senhores deputados e que dão mostra de que realmente ainda existem valores que são compensados. Não financeiramente, mas são compensados moralmente, e dão crédito ao caráter do homem público.

V. Exas. estão inseridas nesta moção de aplauso e de apoio e reconhecimento público.

Requeiro a V. Exa. o tempo do PDT nosso.

(Assentimento).

Vejam, senhores deputados do Oeste e Sudoeste: O Fórum Municipal contra a privatização da Copel, trabalhou durante meses.

Além das mobilizações que antecederam o Fórum Municipal de Pato Branco, realizou o plebiscito que foi fruto de um decreto legislativo proposto pela Câmara de Vereadores e notem, senhores deputados, o resultado de Pato Branco, foi de 98% da população patobranquense contra a privatização da Copel”.

O Paraná inteiro foi 93% contra a venda da Copel.

Pato Branco foi 98%.

Ademir Bier, você tem sua base também no Oeste e Sudoeste está estendido esse reconhecimento da nossa luta nesta Casa.

Não vai ser esquecida!

Durante a campanha política, nós teremos a oportunidade de fazer aquilo que não foi permitido e que só o nosso partido fez, o PDT.

O PDT foi o único partido político que colocou no horário do Tribunal Regional Eleitoral, os votos daqueles que votaram favoravelmente, e daqueles que votaram contra a venda da Copel.

Até agora está tudo acalmado. Foi passado parece-me um “mata-borrão”, como se alguém estivesse em uma

sala de aula, escrevesse no quadro negro, apagasse e fosse para outra aula.

O Paraná não esqueceu a lição.

A base dos deputados que queriam vender a Copel, seria o maior desastre para a família do Paraná. E isso vai ser lembrado não só na eleição, mas vão ser nas futuras gerações nominadas realmente, aquelas posições que todos nós tomamos nesta Casa.

Sabem os senhores deputados e principalmente, a Mesa, de que esta Casa é uma Casa Legislativa.

Existem favoráveis ao povo e favoráveis ao Governo do Estado e nesta posição, onde nós, que representamos o povo e endossamos todas as boas ações que o governo possa praticar, sempre estaremos atentos a todas as injustiças, como esta recente e o episódio estava do lado da rua na tarde de ontem. Esposas de policiais militares invadiram o Palácio, o pátio do Palácio para o descontentamento daquela marginalização que foi feita: alguns recebendo aquele abono proposto nesta Casa pelo ilustre deputado Antonio Anibelli, ratificado por outros senhores deputados, traduzindo o anseio dos funcionários desta Casa e de todo o Paraná, já que não davam o aumento, aquela pequena quantia de R\$100,00. Deputado Anibelli, tem funcionário que não recebeu! Tem policial militar que não recebeu! Tem professora que não recebeu! Onde está o Governo do Estado do Paraná que se diz transparente, que comete injustiças, que traz a esta Casa tão somente enganação, como faz na televisão, em todo o solo paranístico?

Onde está a mentira que foi convidado para ser vice do atual candidato a presidente, José Serra?

Pura mentira! Não existiu convite nenhum! A imprensa aí está, e quando o filho de um prefeito de uma grande cidade do Rio de Janeiro fala que não houve convite nenhum, o Governador, ao invés de desmentir, vai com agressão contra aquele que realmente lhe chama de “pinóquio”, de mentiroso.

Acho, senhores deputados e senhor presidente, que nós fazemos parte da história do Paraná. Sou deputado pela quarta vez, mas nunca houve nas legislaturas passadas, nas três vezes que fui deputado, anterior a esta, uma presença maciça da Assembléia Legislativa do Paraná em todos os segmentos.

Fosse no segmento administrativo, fosse no segmento investigativo, através das CPIs desta Casa como a CPI da corrupção, pena que a maioria desta Casa não nos deu condição para fazer a CPI do pedágio, a CPI dos Jogos da Natureza, a CPI para mostrar a transparência obscura deste Governo que aí está.

Encerro, senhor presidente, porque chega agora ao plenário, o ilustre deputado Augustinho Zucchi, e eu falava de vossa terra, deputado, da Câmara Municipal de Pato Branco, que trouxe até nós o reconhecimento, pela bancada do PDT, que nós ocupamos a liderança, uma moção de apoio e principalmente de reconhecimento de trabalho de toda a Bancada do PDT e da Bancada da Oposição deste Parlamento.

Tenha V. Exa. e acredito que assim podemos transferir a vossa pessoa o nosso sincero muito obrigado à Câmara Municipal de Pato Branco e o reconhecimento de que, enquanto tivermos representação como a sua de Pato Branco e outros queridos deputados da Bancada do povo, a Copel como patrimônio do Paraná nunca será vendida.

Esse reconhecimento é feito por todos os vereadores a nós, do PDT. Traduz 98% da população de Pato Branco que não queria a venda da Copel.

Transfira V. Exa. esse reconhecimento da Câmara e tenha a certeza, deputado Augustinho, como a sua família de Pato Branco, todo o Paraná é grato pelo trabalho que V. Exa. e que todos nós fizemos nesta Casa.

O Sr. Augustinho Zucchi

Agradeço a V. Exa. pelas palavras que dirige à nossa pessoa, mas gostaria de fazer com que esse reconhecimento da Câmara Municipal de Pato Branco, obviamente fosse colocado a todos os parlamentares aqui, que trabalham nessa causa em defesa do nosso Paraná.

Tenho certeza absoluta deputado Luiz Carlos Zuk, que apesar de muita gente dizer que esta questão da Copel está superada no Estado, não, não é a questão da Copel, foi a forma de atuação com que se portaram aqui os deputados que votaram contra a venda da Copel. Foi em obediência à vontade da população do Paraná, que será lembrado pela história do nosso Estado, não apenas e tão somente naquela memorável noite em que foi votada a questão da Copel.

Então, agradeço as palavras e tenho certeza que este reconhecimento da Câmara municipal de Pato Branco é obviamente uma deferência a todos os deputados que seguiram a orientação da população do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Encerrando, senhor presidente, estendo também essa homenagem ao ilustre companheiro Eli Ghellere, que tem lá a sua base eleitoral e que traz nas suas posições e é nosso companheiro também, junto com o Augustinho, e que representa com os demais o Oeste e Sudoeste.

Termino, senhor presidente, com uma posição de Esperidião Amin, governador do Estado de Santa Catarina, onde ele manda a Mensagem 1578. Vejam a diferença do governador do Paraná e do governador de Santa Catarina. Esperidião Amin manda mensagem dizendo o seguinte (Lê):

“MENSAGEM Nº 1578

Excelentíssimo senhor presidente,
Senhoras e senhores deputados da
Assembléia Legislativa do Estado.

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de V. Exas, acompanhado

de exposição de motivos, conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a repor as perdas salariais dos servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e adota outras providências”.

Palácio Santa Catarina, Florianópolis, 26.03.2002.

(a) ESPIRIDÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado”

Essa, senhor presidente, é a diferença entre um governador do povo, Esperidião Amin, e um governador de balcão de negócios, que é o atual, Jaime Lerner.

O R. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Agora no início de abril, dia 05, foi o último prazo para a descompatibilização para quem quisesse ser candidato nas eleições deste ano.

Eu fiquei numa expectativa muito grande, porque, vendo a imprensa do Paraná, criou-se uma expectativa, de que o atual governador Jaime Lerner renunciaria o mandato para ser candidato. E eu fiquei pensando e torcendo que isso acontecesse, porque gostaria de ver o Jaime enfrentar o povo do Paraná, gostaria que o governador Jaime Lerner enfrentasse o veredicto popular. Esse era um desafio que eu tinha. Mas, eu sabia que tudo era conversa fiada, era papo furado, que ele não teria coragem de disputar a eleição, mas, para ficar na mídia, para ficar na imprensa, o governador Jaime Lerner alimentou a ilusão de que pudesse ser candidato a alguma coisa. Dizimou a notícia de que poderia ser vice-presidente na chapa liderada pelo senador José Serra.

Ora, somente um ingênuo para acreditar em uma mentira dessas, porque o PFL está rompido com o PSDB a nível nacional.

E como então, que o governador Jaime Lerner poderia ser vice do Serra, se o PFL tem candidato a presidente, que é a Roseana Sarney? É evidente que convite não teve!

Não houve convite, apenas o governador se ofereceu, mas de pronto foi rejeitado como candidato a vice-presidente na chapa. Inclusive pelas informações que temos, o próprio PFL admoestou o governador Jaime Lerner.

Mas, senhor presidente, o único objetivo do governador Jaime Lerner era se manter na mídia, na imprensa, nos jornais, porque ele adora propaganda, ele adora tanto que no primeiro governo, o Jaime Lerner gastou 509 milhões de dólares em propaganda!

É bom que os senhores que estão aqui saibam disso, 509 milhões de dólares em propaganda o governa-

dor Jaime Lerner gastou no primeiro mandato como governador do Paraná! Ele adora estar nos jornais, na televisão e aí implantava essas notícias na imprensa para que aqueles que não acompanham os bastidores da política pudessem acreditar que o governador Jaime Lerner estaria sendo convidado pelo senador José Serra para ser candidato a vice-presidente da República. O que consta é que o Lerner teria ido a Brasília para renegociar os títulos podres que o seu governo comprou de Alagoas, de Pernambuco, de Santa Catarina, de Osasco e de Guarulhos.

Esse mico que o povo do Paraná vai ter que pagar hoje num valor de 590 milhões de reais aproximadamente! mas o governador Jaime Lerner, está fazendo um bom negócio, segundo os seus áulicos...

(Término do tempo)

(Passa a usar o horário da Liderança do PMDB)

O governador Jaime Lerner está fazendo um bom negócio para o Paraná. Esses títulos podres, esse verdadeiro presente de grego que o governo do Lerner comprou e que ninguém quer, porque é um negócio da China para quem vendeu! O governo do Paraná, segundo as notícias, está renegociando a dívida de um belo negócio para o povo do Paraná - pagar em 36 vezes, 15 milhões por mês com 8 milhões de reais de entrada e mais 36 parcelas de 15 milhões de reais.

Ora, é grande negócio para o Paraná, um dinheiro dado de presente para o Estado de Alagoas, Pernambuco, para a prefeitura de Guarulhos, nosso povo padece, sofre, e o governador Jaime Lerner ainda tem a cara de pau de vir dizer que está fazendo um grande negócio para o povo do Paraná!

Ora, senhor presidente, senhores deputados, o negócio é bom para quem fez negócio com o Paraná, porque o povo do Paraná terá que pagar essa volumosa quantia e porque com certeza esse foi um negócio de trambique, de maracutaia, ao adquirir os títulos podres desses Estados.

Então, é um negócio da China, é um negócio maravilhoso para quem fez, mas não para o povo do Paraná, não para os funcionários públicos, não para a agricultura, não para os trabalhadores, não para os miseráveis e desempregados que padecem de fome e miséria, não, absolutamente não, mas bom para aqueles que fizeram e que com certeza levaram polpudas comissões para suas casas, aumentando seu patrimônio no lombo do sofrido povo do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Muito obrigado, deputado Nereu.

Acompanhando o seu raciocínio, permita colaborar. Acho que V. Exa. tem razão quando pontua a certa obsessão do governo do Estado, principalmente o governador, de estar na mídia, estar fazendo propaganda na televisão diariamente.

De uma maneira habilidosa aqueles que o cercam difundiam na imprensa do Estado do Paraná que o gover-

nador poderia ser vice de José Serra. O convite não houve, é claro, mas acho que a principal razão por não ter o convite é pelo perfil do governador e pela gestão no governo do Estado do Paraná.

É preciso lembrar que o próprio PFL colocava Jaime Lerner como um dos possíveis presidenciáveis, mas quando veio à tona os problemas de corrupção na gestão do governo do Estado do Paraná, até em processo anterior a esse que V. Exa. discorreu, sobre os precatórios, a compra de títulos podres que endividou todo o nosso Estado, ainda o que é mais grave, o Banestado Leasing, aonde documentos comprovam que houve um derrame de dinheiro e várias pessoas se beneficiaram de maneira ilícita, arrebatando com o Banco do Estado do Paraná.

Aliás, tem uma gravação de um depoimento no Senado Federal, de uma diretora do Banco Central chamada Ester Gross, de que ela, ao ser questionada sobre os problemas dos Bancos Estaduais, quando se referiu ao Banestado, disse com todas as letras, "no Banco do Estado do Paraná instalou-se uma quadrilha".

Então, imagine José Serra tendo como candidato a vice o governador do Estado do Paraná, tendo por trás de si todos esses problemas do ponto de vista de dilapidação do dinheiro público do nosso Estado!

Acho que essa é a razão maior que o próprio PFL não cogita de ter o governador do Estado do Paraná como uma liderança nacional e muito menos os partidos que dão sustentação ao Fernando Henrique Cardoso no Governo Federal.

É apenas essa contribuição que eu queria fazer ao seu belo pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte do deputado Vanhoni, e apenas quero comunicar a esta Casa que nós iremos apresentar um requerimento à Casa para saber o teor do acordo do governador Jaime Lerner com o Banco Itaú.

Queremos saber pormenores desse acordo, como é que foi, quantas parcelas, qual o valor das parcelas que o povo do Paraná terá que pagar por esse verdadeiro mico, esse negócio da China que o governo Lerner fez a quem fez negócio com o Paraná, prejuízo para o Paraná, para o nosso povo e lucro para aqueles que fizeram o negócio conosco, de forma que nós precisamos saber na sua integridade, os pontos dos acordos com o Banco Itaú.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Mais uma vez ocupo a tribuna para encarecer ao governo do Estado o atendimento às reivindicações das classes da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Ontem esta Casa aprovou um requerimento de minha autoria, que pede o envio a esta Casa, ainda dentro do período que é permitindo pela lei eleitoral, das mensagens que tratam do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos policiais militares.

Espero ainda que o governador, sensível à situação que enfrentam hoje os policiais civis e militares, atenda na verdade esta reivindicação.

(Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 203/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estender a Gratificação de Produtividade concedida aos servidores do Quadro Geral do Estado e às categorias de base da Polícia Civil, no valor de R\$100,00 (cem reais) aos integrantes dos quadros da Polícia Militar, de Soldado de 2ª Classe a 1º Tenente.

Parágrafo Único - A gratificação de que trata o *caput* deste artigo não servirá como base de cálculo para quaisquer outras vantagens remunerativas e nem sobre ela incidirá qualquer contribuição ou retribuição previdenciária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A propositura desta lei se justifica ante o fato de que os policiais militares foram excluídos de todos os benefícios concedidos aos policiais civis e aos servidores do Quadro Geral do Estado, sem que para isto tenha havido qualquer justificativa estatal.

Que não se encontre semelhança entre essas gratificações com a “indenização de horas extraordinárias”, concedida pela Lei nº 13.280, de 16 de outubro de 2001, pois estas tem como contrapartida o esforço por trabalhos extraordinários, em jornadas novas ou prolongadas, decorrentes, dentre outras razões, da falta de efetivos (quadro) policiais, conforme consta da sua própria justificativa.

Por consequência, o Poder Legislativo, aprovando esta lei estará proporcionando ao Poder Executivo a oportunidade de corrigir grave injustiça que está cometendo contra os servidores da base da Polícia Militar, lastimavelmente esquecidos na oportunidade em que se premiou, mesmo que modestamente, outros segmentos de servidores públicos do Estado.”

“ESTUDO PRELIMINAR SOBRE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

1. Pela Lei nº 13.280, de 16 de outubro de 2001, a Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, artigo 26 - código

de vencimentos e vantagens da PMPR foi modificada para receber nova modalidade de indenização: a gratificação de indenização por serviços extraordinários, no valor máximo de R\$100,00, por militar, corrigida a cada reajuste do servidor estadual. Arremete a decreto estadual os critérios de concessão. Exclui da previdência (por conseguinte, da incorporação salarial).

2. A complementaridade veio pelo Decreto nº 5061, de 20 de novembro de 2001. Nele listam-se seis hipóteses, que merecem boa atenção, das quais destacam-se: escalas de futebol, shows, na número II e “emprego de militares estaduais em atividades operacionais de qualquer natureza, quando escalados em seu período de descanso e ou instrução para compensar a defasagem de efetivo existente”, na hipótese número VI.

3. Como está sendo aplicada a recém criada gratificação por serviços extraordinários?

a) Excluídos na escala hierárquica de capitão a coronel.

b) Excluídos os especialistas.

c) Excluídos os que ganham gratificação de insalubridade nas penitenciárias.

d) Excluídos os que venceram na Justiça a ação que revalorou a gratificação policial militar especial.

e) Constatado, ainda assim, que o dinheiro disponível não dá para todos os que praticam horas extraordinárias, estabeleceu-se mais um critério excludente: os remanescentes, cerca de quinze mil PM's, foram divididos em três grupos de 5.000, os quais recebem o benefício em escala ternária. Isto é, apenas um terço do grupo remanescente recebe, a cada três meses, o chamado benefício. Todos são obrigados a cumprir horas extraordinárias, independentemente do mês de pagamento. Isto é, o PM trabalha três meses para receber um.

4. Sabemos que a Constituição Estadual estabelece 40 (quarenta) a carga horária semanal para os servidores públicos que, de regra, são desrespeitadas pela hierarquia.

5. Sabemos que nem a lei que o criou, nem o decreto que o regulamentou, ou mesmo os critérios adotados pela PMPR para a sua execução, estabeleceram o valor da hora extraordinária. Mas sabemos que a CLT (lembrada na ausência de outro dispositivo legal), estabelece que a hora extra deve ser remunerada com o dobro do pagamento das horas normais, com diferenciais noturnos, finais de semana, e etc. Sabemos, também que as horas extraordinárias não devem ultrapassar o volume de 10 horas semanais, para não comprometer o descanso mínimo do trabalhador e que este deve ter, ao menos um final de semana completo de descanso mensal.

6. O que se pretende:

a) que a medida beneficie, sem discriminação, todos quantos ultrapassem as 40 horas trabalhadas, independentemente de qualquer outra condição;

b) que as horas extraordinárias sejam valoradas de acordo com os créditos orientados da legislação vigente;

c) quantificação do máximo de horas extraordinárias permitidas por semana;

d) que sejam proibidas as horas extraordinárias para as quais não correspondam remuneração;

e) que sejam excluídas da obrigatoriedade de cumprimento de obrigações funcionais, as horas trabalhadas da responsabilidade de outras organizações particulares, que não sejam do próprio Estado (futebol, shows, etc).

7. Além disso, para nós fica muito claro que os policiais militares foram excluídos de todo o qualquer benefício financeiro decorrente das gratificações assiduidade concedidas ao Quadro Geral do Estado e Polícia Civil.

Curitiba, 02 de abril de 2002.

(a) ELIZEU F. FURQUIM

Presidente da FECASP e da AMAI"

Este é o apelo que faço para que se faça justiça aos policiais militares, porque ao Quadro da Polícia Civil foi dada a gratificação de um modo geral, como também ao Quadro Geral.

Aos policiais militares foi dado apenas àqueles que fazem trabalhos extraordinários, não a toda a corporação, e o que é pior, aqueles que fazem o trabalho extraordinário são divididos em três grupos de cinco mil, e a cada três meses, parte desse grupo ganha a hora extra. Portanto o policial, mesmo fazendo a hora extra todos mês, não recebe tal gratificação.

Por isso, esta discriminação que eu gostaria que o deputado Amaral levasse ao governador, aos secretários da Administração e da Segurança Pública, para que se evite o desconforto e se tenha uma série de atos de protestos por parte dos policiais militares.

É o apelo que eu faço dentro do prazo. A lei eleitoral permite ao governo do Estado o envio de mensagem a esta Casa, senhor deputado e senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB (*Pela Ordem*)

Tudo isso que está acontecendo, poderia ter sido corrigido, se o governo não vetasse um projeto de minha autoria e que foi aprovado por maioria nesta Casa, que instituiu o Batalhão de Eventos da Polícia Militar.

Aqui há um contra-senso muito grande, porque esses policiais que estão ganhando a gratificação são os que estão trabalhando em eventos particulares. Ora, o grande empresário contrata um show a preço de ouro, paga a preço de ouro, cobra o ingresso e a segurança pública, é gratuita!

Há um contra-senso muito grande!

No meu projeto, colocávamos que a Segurança Pública poderia cobrar, em eventos particulares.

Vamos dar um exemplo do que aconteceu agora neste final de semana, o Stock Cars, no Autódromo de Pinhais. Tivemos o envolvimento de cento e cinquenta homens da Polícia Militar. Os policiais militares ficaram das 7 horas da manhã, às 19 horas. Chegaram no Quartel às 5 horas da manhã. Eu pergunto: quem teve o lucro? Foi

o grande empresário que patrocinou e o Estado pagou o adicional de cem reais!

Se o meu projeto não tivesse sido vetado pelo governo do Estado, teríamos corrigido essa distorção que hoje está sendo discutida nesta Casa. Quero colocar isso como um ponto, porque acho de extrema importância que o Poder Público passe a cobrar de eventos particulares, quando é evento que visa lucro, ou seja, onde o empresário ganha e ganha muito.

Um ingressos do Stock Cars, segundo informações, estava na ordem de 50 reais. Foram vinte mil pessoas. O coitado do policial militar saiu de casa às 5 horas, ficou até as 19 horas no autódromo para dar segurança. Quanto ele ganhou? Sabe quanto? Dois reais e cinquenta centavos de gratificação!

Esse é o contra-senso que nós não podemos ter! Quero pedir que esta Casa dê atenção para a criação do Batalhão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Rapidamente, para nos somarmos às manifestações dos deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab, no que diz respeito às reivindicações da Polícia Militar. Sei que não é uma posição pessoal desses parlamentares, como também não é uma manifestação pessoal nossa, mas tenho certeza que é de todos os parlamentares que integram a Bancada de Oposição e também os que integram a Bancada do Governo.

Fiz essa Questão de Ordem para comunicar à Casa que no dia de ontem tivemos a reunião do Bloco Agropecuário, com o presidente da Assembléia, para discutirmos também a gratificação especial para os funcionários do Deral, da Secretaria da Agricultura. Lá estiveram os deputados Hermas Brandão, Cezar Silvestri, Zucchi, Nelson Tureck e eu. O presidente Hermas Brandão assumiu o compromisso de, hoje, durante a sua estada com o governador na cidade de Foz do Iguaçu e no retorno para Curitiba, tratar dessa reivindicação. Que na Secretaria da Agricultura a implantação da gratificação justa e merecida aos fiscais que trabalham no Defiz, acabou criando uma divisão dentro da Secretaria, porque hoje existe aqueles que recebem a gratificação e aqueles que não recebem, criando, evidentemente, trans-torno.

Só para fazer esse comunicado. Aproveito o momento para solicitar a V. Exa., que registre nos Anais da Assembléia a presença ilustre do nosso colega e ex-prefeito de Prudentópolis, ex-deputado desta Casa, Gilberto Agibert, como também, o faço em solicitação também do deputado Cezar Silvestri, companheiro de bancada. O Marcos Isfer que é o companheiro deles, do PPS.

E aproveito para, em meu nome e de outros parlamentares, registrar a presença na tribuna de honra, do vice-prefeito de Nova Tebas, José Raimundo Filho, conhecido por todos nós como Juca do 60; dos vereadores Antônio Botelho Borges e Elias da Silva e do assessor jurídico da Câmara Municipal, da Prefeitura, o Djalma Ferreira Aguiar, os quatro de Nova Tebas.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, queria, em meu nome e em nome da Bancada do PT, manifestar solidariedade aos nossos visitantes e, sobretudo, às mulheres dos policiais militares que estão aqui hoje.

Entendo a posição do deputado Algaci Tulio e concordo com ela e com a do deputado Ricardo Chab, quando afirmam que a gratificação que foi dada, na realidade é restritiva a apenas uma parcela pequena dos policiais militares do Estado do Paraná. O líder do Governo - deputado Durval Amaral, pode tentar sensibilizar o governador para corrigir as distorções relativas a esse aspecto. Mas, vamos ser sinceros, o que os policiais militares do Estado do Paraná esperam é que o governo do Estado reajuste o soldo dos soldados da Polícia Militar de forma universal, para todos os policiais militares de todo o Estado do Paraná.

Temos ouvido aqui a seguinte argumentação: não tem dinheiro. A segunda: a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que o governo do Estado promova reajuste de salário dos policiais militares do Estado do Paraná. Os dois argumentos, não têm recursos e a Lei de Responsabilidade Fiscal impede, escutei, senhor presidente da Comissão de Educação, escutei durante seis meses em relação aos professores das universidades estaduais do Estado do Paraná, que chega a 15 mil professores em todo o Estado.

Pois bem. Os professores fizeram o movimento, pararam durante cinco meses as suas atividades e o governo do Estado, senhor presidente, teve uma fórmula de arranjar 35 milhões, permitindo que o reajuste menor fosse de 12% e de 50% para quem ganhava menos na estrutura do serviço público na área de Ciência e Tecnologia.

O governo do Estado tem recursos, somente a Secretaria da Casa Civil foi acrescida de 13 milhões no ano passado, para 178 milhões para este ano.

Se o governo quiser, faz um remanejamento de verba e contempla os policiais militares de todo o Estado do Paraná.

O apelo que faço é que o líder do Governo leve essa reivindicação ao governador, mostre a dramaticidade das condições de vida dos policiais militares, das suas famílias no Estado do Paraná e se quer resolver o problema de segurança, em primeiro lugar passa pela valorização do profissional que está na linha de frente para garantir a segurança da família paranaense.

Por isto, a proposta que eu faço é adensar o encaminhamento dado pelo deputado Ricardo Chab e pelo

deputado Algaci Tulio, que não apenas reveja a gratificação, mas que pense num reajuste linear para todos os soldados e oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares, vejo uma coisa, que na questão salarial nós estamos tão mal, mas tão mal, que nós já estamos aceitando o acessório ao invés do principal. Política salarial não se faz com ajuda de custo, com gratificação. Política salarial se faz com uma política salarial de salário. O que o trabalhador precisa é de salário incorporado. E apenas uma gratificação, eu acho que é uma desconsideração a todo e qualquer trabalhador.

Mas, eu me somo às considerações feitas, aqui pelos senhores parlamentares, porque o assunto que me traz a esta tribuna, tem muito a ver com segurança pública e com a falta de incentivo que o próprio governo oferece à segurança.

Estou registrando, senhor presidente e senhores parlamentares, um dos fatos que acontece diariamente no Estado do Paraná, o falecimento da senhora Maria Quadri, ocorrido em Capitão Leônias Marques, vitimada, uma senhora idosa, por quatro ou cinco vagabundos, que entrando dentro de sua residência, com uma escopeta na mão, deflagraram um tiro que pega na coluna cervical desta senhora, que sem dúvida alguma não oferecia nenhum tipo de reação, porque ela era uma senhora de idade, e após ficar paralisada, acabou falecendo.

Três pessoas encontram-se ou encontravam-se na Delegacia de Polícia, até agora. Destas três pessoas, nenhuma diz-se autora. Tem outra pessoa, que é autora, mas ninguém diz quem é, ninguém sabe quem é, e ninguém encontra. E, lamentavelmente, não se busca saber quem é. Este fato nós chegamos a colocar aos grupos especializados da nossa Segurança Pública, para que busque solução a este fato que não é único. É rotineiro.

E aí eu me lembro, senhores deputados, da Sessão Secreta que tivemos nesta Casa, para tratar do assunto do assassinato do deputado Tiago Amorin. E percebemos o despreparo com que está se tratando esses casos de assassinatos, de roubos, de seqüestros relâmpagos, de tudo o que depõe contra a vida e contra o patrimônio das pessoas. Até quando? Até quando famílias vão chorar e lamentar o assassinato de pessoa suas, pela sensação que causa aos bandidos, aos assassinos, aos assaltantes da impunidade? Até quando?

Esta divisão, senhor presidente e senhores parlamentares, que nós estamos enxergando no tratamento da segurança pública do Estado do Paraná, indiscutivelmente desestimula o trabalho policial. Desestimula, principalmente naquele policial que tem que fazer o trabalho

preventivo, de enfrentamento na rua. E o governo parece que não se preocupa com isto.

Temos visto, no Oeste e no Sudoeste do Paraná, aumentar violentamente o número de assassinatos, de roubos, de contrabando, de tóxicos, de lavagem de dinheiro. E o que faz a segurança pública? Nada! Absolutamente nada! Estão absolutamente engessadas as decisões da segurança pública! Os cardeais recebem benefícios! Os oficiais recebem benefícios; enquanto a base do trabalho do soldado militar ou do agente civil é desconsiderada. Ninguém vai fazer segurança pública de dentro de gabinete! Não são os homens que dirigem a Polícia que fazem segurança pública, é o trabalho, o reconhecimento do trabalho daquele que está na rua, no enfrentamento diário com os marginais! E se eles não forem considerados, se eles não forem devidamente compensados, de saberem que pelo menos suas famílias têm o respaldo e a segurança da saúde, da educação e da comida para os filhos, nós não teremos segurança. Nós continuaremos ouvindo notícias como esta, que enlutam a família Quadri, de Capitão Leônidas Marques, vendo sua mãe, sua esposa, detonada pelo tiro de escopeta de um marginal, que há dias de uma semana está na cadeia e até agora nada aconteceu para apurar o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

É com grande satisfação que eu quero saudar a todos os cidadãos e cidadãs que se encontram nas galerias da Assembléia Legislativa, e muito especialmente, aqui render minhas modestas homenagens ao processo encabeçado pela secretária de Educação, Alcyone Saliba, que teve início em junho do ano passado, de seleção e escolha dos nossos diretores de escolas. O processo teve início no mês de junho do ano passado. Um processo transparente e democrático, que redundou na eleição de mais de dois mil diretores de escolas de todo o Estado do Paraná.

Um processo inovador. E por ser inovador, pode para alguns ter sido considerado estranho, pode ter causado alguns dissabores a alguns. Mas com toda certeza possibilitou a eleição de mais de dois mil diretores. Um processo que teve a marca da transparência, onde todos tiveram a oportunidade de se manifestar. Não somente os professores, mas os pais, a comunidade escolar, enfim, todos aqueles que estão envolvidos na vida acadêmica. E isto caberia, obviamente, neste momento realçar, haja vista que hoje temos aqui convidados pela Assembléia Legislativa, diretores de escolas, de colégios estaduais, que vão se manifestar no Grande Expediente e vão dizer o quão importante foi para a comunidade acadêmica, enfim, para os professores e alunos do Estado do Paraná, participarem ativamente deste processo.

Eu ainda gostaria de realçar aqui, estabelecer alguns pontos, paradigmas da verdade. Muito se tem falado sobre o governo Jaime Lerner. Muito se falou, inclusive, que o governo estava quebrado. Muito se falou que o governo não conseguiria pagar os salários de abril do ano passado, depois os de outubro, depois não conseguiria pagar os salários de dezembro, e não conseguiria pagar o 13º salário. Muita coisa se falou e o tempo que é o senhor da razão, provou que estas premissas eram todas falsas...

O Sr. Marcos Isfer

Quem dizia isto era o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra.

O SR. DURVAL AMARAL

Estou no Pequeno Expediente, deputado Marcos Isfer. Não cabe aparte. Se não teria, o máximo prazer...

O Sr. Cezar Silvestri

E vários deputados, deputado Durval Amaral, base de sustentação, sempre dizendo que o governo não teria condições nenhuma de pagar os funcionários, se não vendesse a Copel!

O SR. DURVAL AMARAL

Esta, com certeza, seria a vontade do deputado Cezar Silvestri e de outros deputados que queriam ver fracassar o governo, porque pensavam que assim se tornaria mais fácil o processo eleitoral. Mas, nós paranistas, temos que torcer para que este Estado vá bem, que o Estado pague seus salários, que cumpra seus compromissos, mesmo que se não cumprisse ficasse mais fácil a reeleição do deputado Cezar Silvestri!

Mas, nós paranistas, queremos o bem deste Estado e o seu bem passa pelos dados que não são levantados por mim, mas são levantados pelos institutos de pesquisa. São o levantados pelo DIEESE, quando compara o PIB do Paraná em 94 que era de 21 bilhões e compara que o produto interno bruto, deputado Cezar Silvestri, no ano de 2001 chegou a 77 bilhões de reais!

São os institutos que comparam que a massa salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná em 94, dia 31/12, após os aumentos salariais promovidos por Mário Pereira no final da sua gestão, chegava a 115 milhões e que hoje ultrapassa 270 milhões o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná.

São os dados levantados pelo IBGE, deputado Moysés Leônidas que apontam que a renda *per capita* do povo do Paraná era de apenas 2.350 reais e é esse mesmo instituto que aponta hoje a renda *per capita* do Estado do Paraná, que chega a 8 mil reais.

Olha, a Oposição, deputado Seleme, alguns poucos porque a Oposição tem bom senso, sabe que não pode ser contra a industrialização e o desenvolvimento deste estado, gostaria que os salários não tivessem sido pagos,

mas que nós temos? Uma renda crescente de ICMS! Por quê?

Porque o Estado do Paraná teve o privilégio de, no ano passado, ter a manchete na Gazeta do Povo que trazia que na balança comercial do Paraná mais o que mais importava não era só a agricultura, mas os produtos fabricados no Paraná, ou seja, os veículos produzidos no Estado do Paraná.

Então, senhores, esta é a nossa realidade, mas a nossa agricultura, deputado Miltinho Pupio, que representa os produtores deste Estado, aumentou também a produtividade em mais de 50%!

Então, é um Estado que se preocupa desde levar a reforma para a casa daquele cidadão que mora no campo, até o calcareamento do solo, a readequação da estrada rural.

Preocupa-se em industrializar o Estado porque esta é a única maneira de aumentar a renda *per capita* da nossa gente, de aumentar a nossa balança comercial e o Paraná que era até 94 o 7º Estado da Federação hoje está a frente de Santa Catarina, Rio Grande do Sul. É o 4º Estado da federação. Todos os estudos apontam que o Estado do Paraná proporcionalmente é o Estado que mais cresce na Federação.

O Estado do Paraná é o que mais empregos oferece no mercado formal, com maior número de carteiras assinadas no ano de 2001.

Então, senhores deputados, eu trago números, trago a realidade.

Eu tenho ouvido, o Estado do Paraná deve 15 milhões.

O que me vale é que está atestado pela Secretaria do Tesouro Nacional que o Estado do Paraná é um dos poucos da Federação que cumpriu o ajuste fiscal e tem as suas dívidas consolidadas em aproximadamente em 8 bilhões. Chute, impressão pessoal, não vale! O que vale é a realidade do salário cumprido!

A realidade do Estado que mais cresce na Federação! A realidade de um Estado industrializado que hoje a indústria automobilística do Paraná é a segunda indústria automobilística do Brasil.

Então, eu acho que o mais importante do que aquela manobra maldosa feita na Constituinte feita pelo Estado de São Paulo, porque a nossa economia, deputado Moysés Leônidas, era toda a nossa produção de energia ou grande parte dela, voltada para a indústria de São Paulo, e aí vem a imunidade tributária prevista no artigo 155 da Constituição Federal, que imprimia a todos nós a condição de quinta coluna, ou a condição de quinta comarca, ou a condição de abastecer as indústrias de São Paulo, porque produzíamos aqui a energia e num casuismo da legislação federal, ao invés de se tributar a energia onde se produz, onde acontece o fato gerador, o imposto era pago no consumo e numa inversão do que existe na lei de ICMS. Aliás, o doutor Francisco Cunha Pereira tem sempre se manifestado contra esse absurdo que existe na legislação.

Hoje aumentou o consumo de energia elétrica em mais de 40%. O Estado cresce, avança e se desenvolve! Teve erros, sem dúvida alguma, sim, como todos os governantes são passíveis de errar, mas o que temos que ter muito claro é que o perfil econômico do Paraná mudou, que a situação econômica mudou. Que a industrialização é incontestável.

Queria fazer um registro, eu e mais alguns deputados aqui tivemos, por uma deliberação pessoal de sairmos dos nossos partidos, porque nesta Assembléia Legislativa, por vontade de uma pequena minoria, queria fazer a CPI para investigar a industrialização do Estado do Paraná. O que estamos vendo hoje. As indústrias consolidadas, empregos gerados e uma poupança de 880 milhões de reais. Sim, a Oposição tem que ser vigilante, tem que ser combativa, mas nem a Oposição, nem a Situação, nem os paranaenses podem se pôr de forma racional contra o desenvolvimento econômico deste Estado.

Muito obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Como fui citado pelo deputado Durval Amaral e ele não me concedeu aparte; sinto-me no direito, quando ele diz que eu seria um dos deputados que certamente torceria para que o governo Jaime Lerner quebrasse, falisse para que os funcionários não recebessem seus salários.

Faço aqui um desafio ao deputado Durval Amaral: quando é que o deputado Cezar Silvestri, nos seus três mandatos, votou contra um projeto de interesse popular? Quando é que houve uma mensagem do governador Jaime Lerner, de interesse do povo do Paraná, que teve o meu voto contrário? Cite um!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não cabe questão de ordem.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Senhoras esposas dos militares que estão hoje nos visitando, que o seu aumento só poderia, com certeza, acontecer se o governador demitisse aquelas centenas em cargo em comissão que estão ganhando uma fortuna.

Gostaria de dizer ao deputado Durval Amaral que, quando o Jaime Lerner assumiu o governo, o governo podia pagar 1,20 centavos por cada um real de dívida que tinha. Hoje, governo pode pagar 0,04 centavos. Aumentou a dívida oito vezes e meia. Só com o Banestado está para a população pagar 4 bilhões e 25 milhões em 30 anos! Só a venda da Sanepar, foram 249 milhões que ingressou e o governo vendeu 34% e passou o mando ao grupo Dominó-Holding! O governo antecipou os royalties de Itaipu até 2022!

Isso significa, somando o que o governo arrecadaria dos royalties mais a dívida que tem que pagar com o Banestado, dá mais de 60 milhões de reais por mês, que

não é outro que vai pagar, senão a população, que precisa de melhores salários, mais saúde, mais segurança que o governo não tem! Não tem porque gastou 509 milhões em publicidade e propaganda! Só num único ano, 134 milhões de dólares de publicidade e propaganda e não responde um requerimento para dizer a que veículo ele mandou esse dinheiro para publicidade e propaganda! Não responde!

Não diz, inclusive, senhor líder do Governo, qual é a conta que o governo tem para administrar o dinheiro do Fundef, que é o dinheiro do ensino fundamental, que é para educação da nossa população!

Sabe o que está acontecendo? Está sendo represetado mais de um bilhão de reais de precatórios alimentícios, que não podem ser financiados, parcelados por dez anos, porque são pequenos precatórios alimentícios e já temos algumas ações de intervenção no Estado. Teremos muitas!

Por quê é que paga o salário? Porque está previsto na Lei Orçamentária, 332 milhões para o Fundo de Saúde e o governo vai lá e pega 228 milhões, põe no caixa único do Estado, está aí, evidente! Pega o dinheiro do Detran, põe no caixa único do Estado; pega o dinheiro do Fundo de Segurança e põe no caixa único do Estado!

Então é fácil, mas a população está sentindo na pele o problema de segurança, de saúde, de educação, porque não é um governo que cumpre as suas metas, é um governo que abandona o social, seu povo, e administra com uma única certeza: a de fazer o Estado um grande negócio.

Mas, não venho, senhores deputados, para me alongar na questão do governo, não era esse o meu objetivo, mas quando alguém afirma alguma coisa que não pode sustentar porque as prestações de contas do governo estão em nossas mãos e nós estamos discursando, porque podemos provar e provar com documentos da Secretaria da Fazenda que nos dão a certeza do que estamos afirmando.

Então, deputado Durval Amaral, por gentileza, vamos conversar sobre a real situação do Estado, não discursar tentando iludir uma população inteligente, sobretudo as mulheres que estão aqui hoje, porque conhecem as dificuldades da vida, porque sabem o que é ver um marido sair para o trabalho e não ter a certeza, muitas vezes se volta, ou se volta tendo dinheiro no final do mês para fazer a compra de casa.

Então, falar desse tipo de governo, discursar com as benesses do governo, é fácil! Agora, falar em cima da realidade dos números, fica mais difícil!

Senhor presidente, vou encerrar e vou deixar para amanhã o discurso que eu faria hoje, que trata sobre a questão do consórcio de lixo, concessão do serviço da coleta de lixo, transporte, transferência, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares dos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais e São José dos Pinhais.

O que se faz? Se criou um consórcio, e já em 2003 a população vai pagar o dobro da coleta de lixo, e sabe quem vai ganhar a concorrência? Muito provavelmente será a Cavo. Anotem o que estou dizendo!

Aqui está o edital viciado, que dá a Cavo a possibilidade de ganhar essa concorrência e que vai o povo pagar com chicote, porque o governo da Prefeitura de Curitiba e da região, que tem mais dois anos de mandato, vai dar uma concessão por vinte anos, podendo ser prorrogada por mais cinco! Vinte e cinco anos! E para aonde vai o lixo das grandes indústrias? Quem gera mais de duzentos e um litros não paga, não está inserido nesse contexto! Aqui, quem vai pagar a conta é aquele que não paga IPTU, porque vai ter que pagar o lixo pela iniciativa privada. Esse é um negócio da China! É mais um negócio que amanhã vou reportar aqui na tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, conforme requerimento aprovado no dia de ontem, que foi requerido pelo deputado Durval Amaral e aprovado por unanimidade pelo Parlamento, cedemos o espaço do Grande Expediente para a professora Terezinha Rossi, do Colégio Paulo Freire e também para a professora Sandra Maria Bordin.

Com a palavra a senhora Terezinha Rossi.

SRA. TEREZINHA ROSSI

Exmo.Sr. Elio Rusch, presidente da Assembléia em exercício, Exmos.Srs. deputados, senhores presentes, caros colegas.

Estou aqui hoje, primeiramente para agradecer os senhores que fazem parte desta Casa, pelo apoio que eram ao decreto que nos legitimou como diretores de escolas estaduais.

No primeiro momento, tivemos a aprovação dos senhores. O processo correu da forma mais transparente possível, durou de junho até outubro, onde todas as pessoas que quiseram se inscrever, tiveram condições.

Em todo o Paraná, senhores, foi em torno de 15.000 pessoas que se inscreveram, 12.000 fizeram o teste e 9.000 foram aprovados.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria consultar V. Exa. se caberia apartes ao pronunciamento da ilustre professora?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Como foi cedido o horário do Grande Expediente para elas, se sobrar tempo posteriormente, à explanação, aí poderá ser feito perguntas, se assim a diretora desejar respondê-las e desde que sobre tempo, mas primeiro, temos que deixá-la explicar.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Não poderíamos interrompe-la?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Agora não!

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, então não é habitual.

Só alertar à cara oradora, que o decreto não foi votado aqui e nem recebeu apoio da Assembléia Legislativa em momento algum! Apenas para retificar isso, porque há fortíssimas divergências quanto ao processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua a palavra com a professora Terezinha.

A SRA. TEREZINHA ROSSI

Bem, se não foi aprovado ele aconteceu de forma transparente, e eu volto a dizer aos senhores: todos que quiseram ter acesso tiveram. Não tivemos o conhecimento de ninguém que foi impedido de fazer esse teste. A prova foi acessível porque foi feita a professores.

Bastava ser professor que conseguia fazer esse teste.

Então, ele foi legitimado por essa questão, que passamos por todas as etapas.

Quero tentar falar um pouco da minha caminhada.

Tenho um padrão aposentado e outro em exercício aonde agora exerço a função de direção. Expus a toda a minha comunidade o meu plano de trabalho. Esse trabalho foi aprovado por todos os meus alunos e as pessoas que tem segmento na minha escola. Tive além de mim, mais três candidatos, dois de dentro da escola e um de outro colégio. Feito o plano do trabalho, tive 70% de votos da minha comunidade.

Uma expressão significativa para uma escola que tem em torno de 5.000 alunos, senhores. Estou falando de uma escola de adultos, que tem em torno de 5.000 alunos. São pessoas com mais de 14 anos, com mais de 18 anos, que votaram.

São pessoas que entendem o que é um processo de eleição.

Pela primeira vez na história da educação, posso dizer aos senhores que vivenciei alguma coisa transparente, porque até então, em todo esse trajeto da minha vida, fui professora de sala de aula e nunca vi dar abertura a CLT ser diretor.

Pela primeira vez na pessoa da professora Alcyone Saliba, foi dado condições de um CLT ser também um diretor de colégio estadual.

Então, senhores, estamos aqui acima de tudo para agradecer a vocês que nos deram chance de poder acontecer esse processo, e essas pessoas que estão no plenário são diretores de escolas estaduais da região de Curitiba que estão aqui também engrossando as fileiras para poder lhes agradecer.

Estamos sabendo que amanhã a APP Sindicato vai se pronunciar aqui neste mesmo plenário tentando derrubar o que já aconteceu. eu gostaria que os senhores pen-

sassem na seguinte situação: fizemos um projeto de trabalho que está andando desde o dia 18 de fevereiro com os alunos dentro do colégio, porque nós, diretores, já estávamos desde o dia 11 de janeiro dentro do colégio trabalhando as nossas propostas. Como é que vamos retroceder?

Será que agora, por não ter atingido uma minoria, nós que fomos votados pela nossa comunidade devemos sair deste cargo? Será que é isso que nós queremos? Tem alguma denúncia dos professores eleitos? Está se fazendo alguma coisa errada?

Tenho uma comunidade inteira a meu favor e estou hoje representando os meus colegas que legitimaram a minha presença aqui para falar em nome deles. Se fosse dado a oportunidade, todos desceriam daquelas galerias e viriam até aqui expressar as suas vontades, os seus sentimentos. Apenas dois vão falar e eu estou tentando passar o que os outros estão sentindo.

Não preparei discurso nenhum, eu não escrevi nada, porque como boa cidadão que sou, e penso em uma sociedade mais justa, tenho certeza que ela passa pela Educação. E a minha função de educadora passa também pelo exercício da cidadania, a qual faço questão de exercer, pela qual tenho direito de exercer porque passei por um processo onde envolveu toda a comunidade.

Senhores, o voto ficava assim: 50% dos meus alunos; 20% dos profissionais da educação, do núcleo; e 30% dos funcionários da escola. Mesmo que a Secretaria de Educação quisesse derrubar algum diretor, ela não poderia porque a comunidade em torno de 70%, somado aos funcionários não teria condições

Então, se eu sou diretora, sou diretora de alguém que quer que eu esteja lá dentro, e assim são os diretores votados aqui dentro.

Foi a minha comunidade para quem trabalhei desde 1997. Estou desde 1997 diretora do Cebeja - Paulo Freire, que quer dizer Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos. Desde 1997 trabalhando para essa comunidade, onde eles legitimaram agora a minha eleição. será que eu, junto com os meus colegas que hoje estão aqui engrossando a fileira e eu fazendo parte, devemos retroceder e dar margem para que se faça um outro processo?

Será que nessas alturas da nossa vida, do nosso dia-a-dia nós devemos parar com tudo e perder dias de aulas por causa de processos?

Estão andando tranquilas as nossas escolas senhores! Os nossos alunos estão contentes, estão aprendendo. Os pais dos nossos alunos não têm nada a reclamar com relação aos diretores que estão aí colocados. A minha comunidade assina embaixo, sobre o meu trabalho, sobre a minha transparência, e é isso que estamos pedindo a vocês!

Não estou representando hoje diretores de Cebejas ou de educação de jovens e adultos. Estou representando os meus colegas profissionais de educação, educadores que eles são. Se ainda estamos nessa árdua profissão que

é de ser gestor de uma Escola Estadual, porque nós temos que nos dedicar integralmente a este trabalho, é porque acreditamos que do nosso trabalho vamos formar uma sociedade mais justa e igualitária, que é o que o Brasil está precisando. E precisamos do apoio dos senhores! Nós votamos, nossos alunos votam e não se volta atrás em uma coisa que está dando certo.

Pela primeira vez na história foi feita uma eleição envolvendo vários segmentos. Esta eleição foi planejada, foi estudada, ela não partiu de junho até outubro. Este foi o processo. Ela foi estudada há mais de dois anos. Desde que a professora Alcyone Saliba está dentro da Secretaria ela foi buscar subsídios em outros estados e ver como era um processo de eleição e agora nós vamos derrubar porque uma minoria assim o quer?

Senhores, mais uma vez eu agradeço o apoio que vocês nos deram e queremos, fazemos desejo de continuar com o apoio de todos vocês para que possamos terminar a nossa gestão, para que possamos concluir o nosso trabalho, concluir o nosso projeto que apresentamos à nossa comunidade e ela nos apoiou. A nossa comunidade assinou em baixo de um trabalho que estávamos fazendo. Será que agora ela poderá ser modificada e derubada? Será que gente brinca que tem eleição e não tem eleição, senhores?

Então, eu agradeço a todos, agradeço a atenção que vocês me deram e estou pronta a algumas perguntas que alguém queira me fazer, estou disposta a responder.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Lino Rusch)

Nós solicitamos, encarecidamente as nossas galerias que vêm nos visitar na Sessão de hoje, mas, gostaríamos que permanecessem em silêncio, pois assim o Regimento dita as regras. Por favor, são todos bem-vindos, mas mantenham-se em silêncio.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

É uma afirmação com relação ao pronunciamento da professora que subiu à Tribuna, e ao cumprimentá-la gostaria de cumprimentar a todos os diretores aqui.

Professora, a senhora falou bem, a nossa divergência com relação a formação de eleição. A senhora defendeu dali como educadora uma sociedade justa e igualitária. Para mim igualdade é o peso de um voto, é o peso de um voto. Eu não entendo igualdade como um voto aonde o voto dos alunos, o voto dos pais não tenha o mesmo peso que a decisão do núcleo por exemplo. Eu não fiz nenhuma pergunta, eu não fiz nenhuma pergunta, estou fazendo uma afirmação e não quero nem resposta.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu tenho visto e acredito que é uma atitude democrática de V. Exa. e do presidente Hermas Brandão de que todos os setores da sociedade quando desejam manifestar-se aqui nesta Casa, por aprovação do Plenário, nós temos dado esta oportunidade e

quando essas pessoas vêm aqui representar um deles, elas colocam aqui suas posições e muitas vezes vi aqui colocações contrárias ao governo e essas pessoas nunca foram questionadas.

Depois de elas ocuparem o espaço aprovado por este Plenário, aí cada deputado poderá fazer uso da liderança do seu partido, do Pequeno Expediente, do Grande Expediente.

Agora, se nós transformarmos essa Sessão numa inquirição, não estamos dando aqui o mesmo tratamento às professoras que pelo que estou sentindo, estão elogiando a atitude da secretária da Educação e do procedimento das eleições nas escolas, nós não estamos lhes dando o mesmo tratamento que damos, às vezes à APP-Sindicato, lá do outro lado, que contesta as eleições.

Então, eu acho que para dar legitimidade, legitimidade a esta Casa e às decisões de Plenário, que se dê oportunidade a que essas professoras tenham a oportunidade de colocar suas posições e que quando os outros estiverem aqui, também possamos dar esta mesma oportunidade, porque senão vamos transformar, me desculpem professoras, se as senhoras permitirem aqui que se faça perguntas, nós vamos transformar essa Sessão, em uma inquirição!

Eu acho que não é esse o objetivo e nunca foi, quando houve aqui a presença de sindicatos, de entidades que representam a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Procede a questão levantada por V. Exa. e nós asseguramos a palavra...

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu não posso aceitar que V. Exa. diga que procede! Eu fiz uma pergunta no início, e V. Exa. me disse claramente que ao final abriria a palavra.

Da forma como o deputado Rossoni colocou, ele disse que não caberia perguntas, contrariando a sua decisão!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu não contestei a posição do deputado Cezar Silvestri, apenas coloquei que o tratamento na hora em que se dá o espaço na Sessão à entidade, para aqui se pronunciarem, tem que ser o mesmo tratamento, tem que ser igual.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está assegurada a palavra à nossa professora.

Eu gostaria, senhores deputados, que não indagassem. Por gentileza, ela tem 30 minutos!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou atendendo a sua orientação, dada no início de quando usou a palavra a ilustre professora.

Então, eu fiz uma afirmação, não estava nem fazendo uma pergunta, apenas estava dizendo que nós não discordamos, em absoluto, com o processo de eleição de diretores, nós podemos discordar do processo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Tudo bem! Nós entendemos V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Se formos discutir as eleições de diretores, nós não vamos dar oportunidade aos professores se pronunciarem.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista que o governo tem utilizado o expediente de conceder espaços para alguém falar, eu quero solicitar a minha inscrição no Grande Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. está inscrito para o expediente de amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI

Com o nosso apoio

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

O senhor está dando um encaminhamento contrário ao que o senhor deu anteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Por quê?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não poderemos fazer nenhuma colocação após a falação das professoras?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Mas, elas são convidadas, deputado!

O deputado Cezar Silvestri fez uma pergunta. Eu perguntei à professora. Se lhe sobrasse tempo, ela poderia responder. Ela usou os 15 minutos. E a mesma coisa agora para a professora Sandra, ela tem 15 minutos. Então, são trinta minutos o Grande Expediente, não podemos extrapolar esse tempo.

A questão levantada pelo deputado Cezar tem procedência. A questão levantada pelo deputado Valdir Rossoni, tem procedência.

Está com a palavra a nossa professora Sandra Maria Bordin, por 15 minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero fazer uma sugestão a Casa: que todas as vezes que convidados, sejam eles quais forem, vierem aqui, que se use um tempo que não seja o tempo da Casa, que se faça o uso do Pequeno Expediente, das Lideranças, do Grande Expediente, e o pessoal de fora que faça as suas reclamações, as suas

colocações, que façam as suas campanhas, que se insiram nessa campanha que o Governo está fazendo para ver se sai do lodaçal onde estava atolado, tudo isso.

Mas, é uma proposta que eu faço à Casa, senhor presidente, que o horário da Assembléia não seja diminuído, para que ninguém possa vir aqui, de um lado ou de outro, fazer as afirmações que bem entender fazer, com as quais, inclusive, eu não concordo.

Agora, por exemplo. Nós sempre lutamos pela democracia dentro das escolas; vem um governo, agride a democracia dentro das escolas, e nós somos obrigados a ficar ouvindo no nosso horário aquilo que querem dizer.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós solicitamos, encarecidamente, aos nossos visitantes, às pessoas que estão nas galerias, por gentileza, se comportem em silêncio.

A Presidência decide sobre a questão levantada pelo eminente deputado Waldyr Pugliesi.

Na Sessão de ontem, presidida pelo deputado Hermas Brandão, presidente deste Poder, foi apresentado um requerimento pelo líder do Governo, deputado Durval Amaral, requerendo o Grande Expediente da Sessão de hoje para as duas professoras, e o Plenário aprovou. E, nem a presidência da Casa nem a presidência desta Sessão têm condições de querer contrariar uma decisão feita pelo Plenário.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, não é possível, os professores vêm aqui para trazer as explicações, o que acontece nas escolas, que é uma coisa verdadeira, que o professor é o nosso guia para um futuro melhor, e mais uma vez é a Oposição que não quer deixar, aqueles que vêm aqui falar a verdade, para tumultuar, para não deixar falar. Não é possível isso, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A presidência quer esclarecer aos deputados, que sobre esse assunto a presidência já decidiu. Se é a Questão de Ordem levantada pelos deputados, é outro assunto, tudo bem, mas sobre o mesmo assunto a presidência já decidiu.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A mim é outro encaminhamento, senhor presidente que eu vou apresentar.

Acho que a tradição da Casa até hoje, seja quem fosse que viesse usar a tribuna da Assembléia Legislativa, a tradição, pelo pouco tempo que tenho aqui como deputado é de que ao término da explanação de quem estivesse falando, pode ser ao término da dona Terezinha ou da dona Sandra, os deputados pudessem se manifestar, seja tecendo comentários, seja apoiando, seja fazendo alguma pergunta, alguma interrogação. Assim sempre foi feito.

Então, a minha sugestão é de que, ao terminar os 15 minutos de cada uma, os deputados possam se dirigir às convidadas, professoras que fizeram uso da palavra. Não no meio. Ao término.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Ângelo Vanhoni, nunca houve isso na Assembléia, isso nunca houve. O que é adquirido é o Pequeno Expediente ou o Grande Expediente ou se delimita um prazo, isso nunca houve na Sessão.

Asseguro a palavra à professora Sandra Maria Bordin, por 15 minutos.

A SRA. SANDRA MARIA BORDIN

Excelentíssimo Sr. Elio Rusch, presidente desta Plenária, Sra. Saraia Elias, chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, senhores deputados e demais presentes.

Vim aqui contar uma pequena história que aconteceu na minha escola, e que muitos professores que esse ano assumiram pelo processo eleitoral de eleição, passaram pelos mesmos problemas que eu passei.

Em 2001, eu, professora Sandra Maria Bordin Piccinelli, através da escolha de representantes da SEED, APM e conselho escolar, assumi a direção do Colégio Estadual Anibal Khury Neto, que encontrava-se com sérios problemas de ordem administrativa e financeira.

Com a colaboração dos pais, professores, funcionários e um grande apoio do Núcleo de Educação consegui realizar uma boa administração, sanando quase todos os problemas deixados pela administração anterior, e conseguido manter o estabelecimento num ritmo adequado para o bom funcionamento da Mesa.

Isso refletiu nas eleições de outubro de 2001, quando concorri com 4 candidatas e fui reeleita, aclamada com 100% dos votos nos três segmentos votantes: pais, comunidade, professores, funcionários e Núcleo Regional de Curitiba.

E com isso também eu queria colocar para vocês o meu regime é celetista. Que eu tenha na minha mente, nenhum professor celetista era candidato à direção. Professor celetista tinha uma carga horária de 36 horas. Hoje, eu já posso falar o contrário, nossa carga passou para 40 horas.

O processo de eleição ocorreu de forma tranqüila, sem incidentes que pudessem comprometer o andamento e a lisura do mesmo. Já foi mencionada a eleição que teve a participação efetiva da comunidade que só reforça a transparência. Transparência e lisura do processo garantido pelo Processo nº 4313.

O que vou pedir agora, eu gostaria que todos os deputados presentes pensassem um pouco em questão do respeito, nesse processo de eleição. Vocês sabem que não é de uma hora para outra que tudo pode se mudar. Existem pais que se envolveram nas eleições, professores e funcionários. É uma questão que sempre digo, é usar o bom senso.

Nós somos educadores, nós não somos bolinhas de pingue-pongue que de uma hora para outra muda tudo, e isso é muito preocupante. Você, de repente, faz todo um trabalho numa escola, no meu caso, que tive muitas dificuldades, consegui resolver, e de uma hora para a outra esse sonho acaba.

Gostaria neste momento de clamar aos senhores deputados presentes que com certeza legislam visando o bem-estar do povo paranaense, que analisem com carinho e bom senso o resultado desse processo de eleição, para que tenhamos todos nós o respeito e a confiança de toda a comunidade paranaense, como gestores dos estabelecimentos de ensino público para os próximos três anos.

O processo de eleição permeado pelo Decreto nº 4313, não exclui ninguém; muito pelo contrário, legitimou e garantiu a todos os educadores participarem do pleito.

Prova disso, como já havia mencionado, eu professora Sandra, concorri com mais quatro candidatos e obtive nas urnas a comprovação da preferência da minha pessoa.

Hoje, estou falando em nome dos meus colegas diretores. Estamos à frente de uma gestão como administradores de escolas, cientes de nossa responsabilidade e de acordo com normas previstas. Sendo assim, o que nos garante a permanência única e exclusivamente é agirmos com lisura e idoneidade. É exatamente isso que esperamos desta Casa, lisura e idoneidade, em garantir um processo já válido nas urnas de todo o Estado, por toda a comunidade que reúne em torno de 1 milhão de opiniões.

Desde já agradecemos o apoio até aqui recebido e temos a plena certeza que continuaremos a contar com os deputados ora presentes, que já nos deram provas disso.

Queria agradecer a todos por nos ouvirem, que é muito importante. Eu sei que geralmente o pessoal vem só para reclamar ou questionar, mas a gente tem que mudar a nossa opinião, a gente tem que vir para agradecer.

O que nós precisamos fazer, eu vou pedir a todos os diretores levantarem e vamos juntos aplaudir o espaço concedido e o apoio de todos.

(Aplausos)

Agradeço por todos os diretores, aqui. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Muito obrigado, senhores professores, com certeza todos os deputados levam dos nossos professores do Estado do Paraná a melhor impressão e todos os deputados são unânimes em defendê-los.

Horário da Liderança. PL. Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, para que fique registrado nos Anais desta Casa e em nome do presidente regional do PL, deputado federal Oliveira Filho, e em

meu nome também, como vice-líder da Bancada do PL nesta Casa de Leis, o nosso repúdio a uma atitude vergonhosa da parte de uma pequena parcela da imprensa que não faz jus à posição que ocupa.

Recentemente uma deputada do nosso partido, a saber, a deputada Serafina Carrilho, mui digna deputada, mulher honrada, foi arrolada em uma matéria de alguns veículos de comunicação da imprensa escrita, insinuando que a mesma estivesse envolvida em um processo de defesa a uma determinada pessoa que, supostamente, está sendo acusada de um crime na região de Maringá.

Não se precisa ter muito conhecimento na área jornalística, nem tampouco de vivência política para se perceber de pronto que se trata de uma matéria plantada, uma matéria que tem como intenção denegrir a boa imagem, imagem esta cada vez mais elevada da deputada Serafina Carrilho, do PL, do meu Partido.

O Jornal do Povo, da região de Maringá, de uma forma muito incoerente, juntamente com o jornal Hoje, em uma coluna de uma determinada jornalista, por nome Carmem Ribeiro e uma pequena nota no jornal “O Diário”, do Norte do Paraná, assinado pelo jornalista Edson Lima, insinuaram essa atitude da deputada Serafina Carrilho, tentando remanejar o citado indivíduo que está sendo acusado de um crime e de que ela estaria tentando remanejar esse indivíduo para o Nordeste, e o que nos deixa indignados, é a maneira covarde, suja, baixa em que esse jornal aceita uma matéria nesses termos e deixa extremamente vaga a menção da deputada, insinuando que “... uma deputada do Paraná...” e nós temos apenas duas deputadas: Luciana Rafagnin, também mui digna, do Partido dos Trabalhadores e a deputada Serafina Carrilho, “... que estaria se articulando para defender essa pessoa que está sendo alvo de um processo de acusações seriíssimas”.

Isso muito nos ofendeu e nos traz a esta tribuna para exigir de V. Exa., e desta Casa de Leis, as devidas providências, para que esses jornais e esses respectivos jornalistas que de uma forma impensada, utilizando-se de termos extremamente vulgares e baixos, a exemplo, a dona Carmem em sua coluna faz menção que “... a tal deputada deveria estar presa...”, mas não dá nome à deputada, deixando muito vago.

Nós queremos, senhor presidente, que esta Casa de Leis, na pessoa de V. Exa., na pessoa do nosso presidente, deputado Hermas, venha tomar as devidas atitudes e punir essas pessoas que, sem mais nem menos, sem nenhum medo, sem nenhum temor, sem nenhum receio, jogam o nome de um parlamentar no lixo e ficam impunes a essa atitude.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Quero me somar ao seu pronunciamento hoje, nessa tribuna, dizendo que conhecemos bem a deputada Serafina, as suas atitudes, a sua maneira de agir, as suas ações e temos certeza de que toda essa infâmia é provo-

cada por alguém que pretende lhe prejudicar, pretende denegrir a sua imagem na região. Isso é muito triste, lamentável.

Falo em meu nome e em nome do deputado Cezar Silvestri. É muito triste que isso ocorra quando se faz esse tipo de política muito baixa, muito suja, principalmente contra alguém que, de certa forma, foi nomeado pelo governo, não por indicação de A, de B ou de C mas que foi nomeado pelo governo, ocupava um cargo no governo naquele município, naquela região. Então quando surge esse tipo de situação e gostaria até de perguntar: será que ao nomearem não sabiam quem era, ou será que toda cidade realmente desconhecia o lado desse cidadão e agora tentam, de certa forma, vincular essa pessoa com a deputada Serafina?

Isso é muito baixo, é muito pequeno e tenha certeza, deputada Serafina, V. Exa. não tem o que temer, V. Exa. em todos os momentos tem tido um comportamento muito digno dentro desta Casa e também lá na sua região.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Edson, me somo ao vosso pronunciamento nesta tarde, e quero dizer que ontem tive o prazer de ver num jornal da cidade Canção, uma cidade bela, uma cidade que orgulha o Paraná e sobretudo à nossa gente, quando a imprensa de forma irresponsável colocou o questionamento de deputadas estaduais a proteger um pedófilo.

Ora, nós temos duas deputadas dentro desta Casa e elas orgulham as melhores tradições desta Casa. Tanto a deputada Serafina quanto a deputada Luciana têm aqui o melhor do seu desempenho, da sua postura e jamais a Casa pode admitir que uma situação dessa possa passar em branco.

Nós, senhor presidente, devemos acionar a Corregedoria na pessoa do deputado Caíto Quintana e oferecer-lhe e à Corregedoria, todo o instrumental jurídico necessário para que se apure, porque senão, daqui a pouco, por questões políticas, nós vamos começar a ver nomes de parlamentares sendo jogados, enlameados, sem o mínimo de respeito, sem o mínimo de coerência com a sua vida, com o seu passado.

É bom que tomemos, de imediato, uma decisão firme, porque não pode pairar sobre a pessoa da deputada Luciana e nem da deputada Serafina qualquer suspeita, qualquer resquício, pois são pessoas que têm tido nesta Casa e fora dela os melhores comportamentos.

Somo-me ao vosso pronunciamento, solidarizo-me com as duas deputadas no sentido de que a Casa tenha uma postura firme, rápida e objetiva, com relação a esta situação.

O SR. PRASTOR EDSON PRACZYK

Aos mesmo tempo, senhor presidente, que nós fazemos questão de registrar o nosso repúdio, também queremos enaltecer a postura do deputado Caíto Quintana que quando contactado pela Serafina, deputada nossa, prontamente já tem se mobilizado para que junto aos mecanismos da Casa, venha punir e apurar essa atitude - como bem colocou o deputado José Maria - irresponsável, dessa pequena parcela da imprensa que não faz jus ao direito de liberdade que possui.

Concedo, inicialmente, aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Pastor Edson Praczyk, nós, em contato com o corregedor desta Casa, deputado Caíto Quintana, ele já tomou as primeiras providências em nome deste Poder Legislativo. Quais foram elas? Inquirir a responsabilidade da matéria, responsabilizar criminalmente, se não houver provas daquilo que foi afirmado. E eu tenho certeza absoluta que não há prova alguma. O que há, realmente, são alguns interesses obscuros nessa matéria.

Verificamos também, na oportunidade, que a ilustre deputada Serafina tem lá em Maringá uma posição invejável no que concerne à pesquisa e principalmente à identificação de eleição. Acho, deputado, que a ilustre deputada Serafina, pelo seu passado, já está preparada para esse tipo de ataques, que são infundados; outros poderão vir. Não há quem, aqui na Casa, e principalmente da base do governo, ele indica alguém que possa assumir um cargo. Mas quem nomeia, a responsabilidade é do governo! Se V. Exa. ou eu próprio ou qualquer deputado indica alguém para assumir uma chefia ou cargo dentro da administração pública do Estado do Paraná, a indicação pode ser do deputado, mas a responsabilidade da averiguação do sentido profissional, do sentido pessoal e principalmente da idoneidade é daquele que nomeia. E parece-me que esse cidadão, essa matéria, deveria ser destinada ao governador Jaime Lerner, que o nomeou, e não à deputada Serafina. Eu acho que o corregedor da Casa, deputado Caíto Quintana, e até a defesa de quem exorbitou nisto que foi feito, vai ter que transferir a responsabilidade da deputada Serafina para o governador Jaime Lerner, que nomeou esse cidadão no cargo que ele ocupou na hierarquia, lá em Maringá.

Quanto à deputada, todos nós conhecemos. Não é só ela. Outros deputados poderão ter ataques, como V. Exa. já teve, como nós. Lembro-me perfeitamente bem do quadro que quiseram fazer quando a sua pessoa, deputado Edson Praczyk, e a sua família, sofreram na carne aquilo que realmente era mentira, de alguma notícia tendenciosa que foi feita de um fato, que realmente entristeceu a todos nós, como este está entristecendo.

Mas, no futuro nós estaremos juntos, como estamos somando com V. Exa. para que este Poder tenha, Situação ou Oposição, o respeito de toda a população do Paraná.

Parabéns, deputado!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Agradeço a V. Exa. e consulto o senhor presidente se neste um minuto permitiria reparti-lo com o deputado Nereu Moura?

(Assentimento)

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Serei bem rápido, deputado.

Quero, em nome do PMDB, solidarizar-me com a deputada Serafina Carrilho. Eu a conheci mais profundamente, com mais proximidade nos últimos tempos. E aprendi a admirá-la, porque trata-se de uma pessoa de caráter, de fibra e de um grande coração. Uma pessoa que merece o nosso respeito.

Então, em nome do PMDB quero me solidarizar com a deputada Serafina e emprestar-lhe todo o apoio necessário, para que não tenha seu nome chamuscado com difamações e calúnias.

O SR. PASTOR EDSON PARACZYK

Muito obrigado.

Quero, para finalizar, até para o bem do bom nome desta Casa de Leis, preservando também as duas deputadas que temos nesta Assembléia Legislativa e a boa parte da imprensa, a imprensa séria, que por infelicidade possui, como qualquer outro segmento da sociedade, os maus, os perversos, os tendenciosos; que essas pessoas aqui citadas venham a ser adequadamente punidas, para que sirva de exemplo e conseqüentemente não se repita este tipo de atitude.

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Eu estava indagando do líder do Governo, deputado Durval Amaral e também do nosso 1º secretário, deputado Rossoni, se tinham conhecimento, porque sinceramente, eu não tenho conhecimento das acusações à nossa companheira, deputada Serafina.

Como não conhecemos a matéria, mas em se tratando de que V. Exa. merece todo nosso crédito, como também a deputada Serafina, queremos também nos associar a esta homenagem que é prestada à deputada Serafina pela sua presteza e lealdade com esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Só para esclarecer, senhor presidente, não se trata de uma acusação à pessoa da deputada Serafina, diretamente. Mas, as insinuações tendem a fazer com que as pessoas achem que trata-se de uma das duas deputadas, porque nós temos duas deputadas, mais especificamente a deputada Serafina Carrilho.

Então, parabênizo, já de pronto, a atitude do nosso corregedor, deputado Caíto Quintana e reivindico mais severidade nestas investigações e na punição desses maus

profissionais. E que tudo isso fique registrado nas notas taquigráficas e nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos lembrar ao deputado Pastor Edson que nós também não conhecemos o teor desta notícia. Nós conversaremos, logo após a Sessão com a deputada Serafina, e vamos levar ao conhecimento do deputado Hermas Brandão, que é o presidente desta Casa, para ver se existe alguma coisa que a Assembléia Legislativa, via Mesa, possa fazer. Ou, no caso, cabe ao próprio deputado sua defesa. Temos que ver em que teor foi escrita esta notícia.

Pela Ordem, com a palavra a deputada Serafina Carrilho.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Eu gostaria, sim, de agradecer ao deputado Pastor Edson Praczyk e aos deputados que tomaram esta causa e agradecer pela solidariedade de cada um de vocês.

Quero dizer o seguinte: depois que saí da ala do governo, em janeiro, fui hospitalizada, fiz cirurgias e aproveitaram, no final de janeiro, que começaram as coisas. Não estou dizendo que são os deputados aí que estão fazendo isto, não. Mas, digo o seguinte: é muita coincidência chegar no final de janeiro, disseram nas notícias em televisão e jornal da minha região que eu tinha sido baleada e que eu fui conduzida para o hospital de São Paulo, porque eu não queria que falassem quem me deu o tiro. Estou viva, graças a Deus! Abençoada cada dia mais, trabalhando para os necessitados da região.

Quero dizer aqui, também, que quando fui fazer o “clip” da propaganda do PL, levei um tombo, e os boatos correram de novo. E, agora, de novo! Até querendo me levar para o “xilindró”. É muito difícil ser mulher, colocaram no jornal falando da deputada. Mas, a deputada da região é a deputada Serafina. Todo mundo conhece!

Eu gostaria, sim, de agradecer ao deputado Caíto Quintana, que já se prontificou. A matéria está com ele.

Quero agradecer a todos e dizer que estou muito viva, estou sendo abençoada por Deus e o resto fica por conta do nosso Deus, que é bondoso e milagroso.

Obrigada pelo apoio!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado à Liderança do PPS, concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente e senhores deputados.

Antes de mais nada, eu gostaria de pedir ao deputado Líder do Governo nesta Casa, Durval Amaral, sua condescendência em cobrar do governo, porque, quando foi para incentivar o município de Antonina à instalação, pela iniciativa privada, de um porto, porto aliás que o governo louva através da mídia quase todos os dias, como

maior terminal de container frigorificado do Brasil, nós entendemos que o governo reputa como importante.

E naquela oportunidade, houve a promessa que para ali iria uma rodovia ligando a BR-277 aos portos de Antonina.

Por que isso?

Porque está destruindo as cidades de Morretes e Antonina, patrimônios históricos do Paraná e colocando em segurança a vida das pessoas.

Foi feito recentemente audiências públicas nos municípios de Antonina, de Morretes, e nós alertamos, naquela oportunidade, que se o IAP retardasse a sua licença para a construção daquela estrada não haveria tempo hábil para que ela pudesse ser licitada.

Infelizmente até o momento nenhuma providência foi tomada, como nenhuma providência foi tomada com relação ao plano de saúde dos servidores.

Eu volto a cobrar aqui. Já se vão 90 dias de uma promessa feita no jornal, televisão, e rádio de uma maneira muito enfática que os servidores paranaenses não teriam mais problemas com a saúde. A saúde estava resolvida.

Não vimos absolutamente nada acontecer e eu já disse aqui, quero voltar a repetir, são 90 dias de martírio ao servidor público e 90 dias de mentiras do governo em relação ao plano de saúde.

A falta de respeito com o servidor, fica patente!

Eu, hoje, escutava o pronunciamento dos deputados que falavam a respeito do problema da Polícia Militar e é o mesmo problema, falta de respeito.

Então, são projetos que não são debatidos com a sociedade; eles acabam sendo demagógicos, sendo apenas eleitoreiros.

Então, eu gostaria, deputado Durval Amaral, de dizer efetivamente, que ninguém em sã consciência pode ser contra a industrialização, a riqueza vir para o Estado do Paraná.

E, eu me lembro, isso foi uma proposta do primeiro governo Jaime Lerner e algo que deve ter sido apoiado pela população, porque ele acabou sendo reeleito. Então, não me parece que alguém seja contra, o que todos são contra, isto sim, é contra os números que ficam sendo colocados e sem a pauta do outro lado da responsabilidade social que deveria vir junto.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência fala com bastante clareza e exprime a vontade da grande maioria dos deputados, não tenho dúvida nenhuma.

Ninguém é contra o progresso do Estado do Paraná. Quando digo ninguém, digo pessoas de bem. Pessoas que estão neste Parlamento para defender os interesses do povo do Paraná.

Não acredito que tenha um único deputado que seja contra o progresso e desenvolvimento deste Estado.

Faço este aparte porque fiz um também ao deputado Durval Amaral e ele ficou muito irritado, quando ele

falava que muitos deputados que apregoavam que o governo do Estado estaria falido, que não teria condição de pagar os funcionários, enfim, que questionavam a questão da governabilidade e apenas eu disse que quem falou isso foi o chefe da Casa Civil do governador Jaime Lerner, que não foi demitido.

Falou com certeza autorizado pelo governador, porque exercia um cargo de confiança do próprio governador, e diversos deputados, inclusive se for necessário eu pego as notas taquigráficas que diversos deputados justificaram o seu voto contra o povo do Paraná, alegando a questão da governabilidade.

Que eles não podiam ter na sua consciência, amanhã, senão votasse contra o projeto do povo, o fato de ver o policial militar sem receber o seu salário, agora vir o líder do governo e dizer que os deputados que torciam, inclusive citaram o meu nome.

Deputado Durval Amaral, tenho uma história de vida! Não é V. Exa. que vai questionar nem para um público viciado e contratado aqui que veio elogiar uma eleição capenga de diretores de escolas! O que defendemos, é uma eleição transparente como era feito.

O que não podemos aceitar e não aceito, é que tentem inverter os papéis.

Ouvi aqui o deputado Nelson Tureck revoltado, falando em defender os professores. Lembro bem que quando o deputado Irineu Colombo apresentou um projeto de interesse dos professores, ele falou que a sua esposa era professora e sua filha também, e se retirou do plenário. Quando foi apresentado o PPCS dos professores até hoje a bancada do Governo não votou favorável e o projeto está engavetado nesta Casa!

Então, não aceito críticas de quem não pode fazer críticas! Tenho uma história de vida que se comprova em todos os meus atos. Jamais votei contra um projeto do governador Jaime Lerner, porque vem do governador, votei porque a minha consciência dizia para que eu votasse dessa maneira.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER

Gostaria muito de abrir uma discussão nesta Casa. Quando se fala em PIB, vamos ver se o PIB aumentou? Aumentou! Agora vamos ver os outros índices, os índices sociais do Paraná. O que é que está acontecendo com esses índices nesses últimos anos? Vamos discutir isso! Não de uma forma apaixonada, mas de uma forma técnica. Isso poderá fazer com que haja uma grande desmistificação de algumas coisas. Por exemplo: a industrialização da Região Metropolitana de Curitiba foi boa? Gerou alguns empregos? Gerou. O que gerou de pobreza o deputado Durval Amaral talvez não conheça, mas o deputado Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho, pessoas que fazem política aqui na região metropolitana, sabem o quanto houve empobrecimento na nossa comunidade,

o quanto a insegurança tem crescido, a falta de saúde tem crescido.

Concedo um aparte ao deputado Durval Amaral.

O SR. Durval Amaral

Queria só dizer a V. Exa. e ao deputado Cezar Silvestri, que eu tenho um grande respeito a todos os parlamentares desta Casa. É inquestionável que as premissas que foram usadas o ano passado, todas caíram por terra, tendo em vista a realidade que aí está colocada, o Estado cumprindo seus compromissos. Hoje até tenho a felicidade de ouvir alguns se perguntarem como foi que o governo viabilizou recursos para assinar convênios com os municípios do Paraná, e alias, em nome do governo, quero convidar aqueles que buscam essa explicação, para estarem, a partir de quinta-feira, com o governador Jaime Lerner na região do deputado Ademar Traiano entregando recursos para os municípios paranaenses, o que demonstra a situação superavitária ao Estado do Paraná.

Quero só dizer ao deputado Cezar Silvestri, a quem tenho um grande apreço, que jamais colocarei em questionamento a sua honra e a sua seriedade, porque é um dos deputados muito combativo nesta Casa, que a minha resposta a ele da tribuna, atém-se exclusivamente ao que ele mesmo disse e que poderá constatar nas notas taquigráficas desta Casa. Muitos queriam que o Estado do Paraná fosse inadimplente. Graças a Deus, não é, tem cumprido as suas funções.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao orador da tribuna que, por favor, faça o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. MARCOS ISFER

Gostaria de deixar muito claro que não é posição deste deputado, do deputado Cezar Silvestri, em nenhum momento, que o Estado do Paraná piore; nós queremos que melhore e é por isso que continuamos brigando, nos inconformando com algumas coisas, como essa, por exemplo, do recurso que de repente aparece à custa do pequeno produtor; do produtor local; do aumento do ICMS, votado aqui nesta Casa; do rapto do dinheiro judicial, dos depósitos judiciais acontecidos; dos precatórios trabalhistas trocados por ICMS; de não dar aumento para o funcionalismo público; do IPE e do plano de saúde do servidor; da falta de segurança; do empobrecimento do povo do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, teria muita coisa para falar, mas só quero dizer o seguinte: amanhã, vou trazer aqui, nesta Casa, no Grande Expediente, o contrato que o Governo do Estado celebrou junto ao Banco Central, para mostrar a capacidade de investimento que tem o Estado, já assinada numa intervenção branca de 1998.

Amanhã eu trarei para que V. Exa., e a Casa tomem conhecimento e espero que o líder do Governo

traga a conta que o Governo tem para administrar o dinheiro do FUNDEF.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças.

Consulta a liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero pedir desculpas ao deputado Irineu Colombo, pois gostaria muito de ouvir o seu pronunciamento, mas por questão de compromisso assumido, gostaria que V. Exa. me dispensasse, mas prometo ler as notas taquigráficas no dia de amanhã.

O Sr. Irineu Colombo

Olha a promessa!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni.

Você sabe que do lado de lá da tribuna, apareceu uma professora que diz que é do Regime de CLT, diretora recém-nomeada depois do processo de escolha das diretas do Paraná.

Eu pergunto aos senhores deputados: o que aconteceria com aquela professora se ela não falasse bem do Governo, na tribuna?

Então, nós da Oposição, não estamos propondo acabar com as atuais diretoras que estavam aqui aplaudindo o apoio da Assembleia, que não houve, aprovação do decreto, que não houve. Nós, deputados da Oposição, queremos que ela como diretora, a formosa professora que ali falou, que ela use as mesmas expressões na frente de cinco mil alunos, como professora cursada, com um plano de cargo, carreira e salários, sabendo que ela pode se dedicar somente àquela escola, recebendo aumentos regulares pelo plano, que no governo não tem, que ela possa ser consagrada como diretora por uma lei e não por um decreto que pode mudar em janeiro do ano que vem.

Os deputados de Oposição, senhor presidente, não querem aqui acabar com os diretores de escolas. Elas vieram aqui pedir por favor, que não destrua o processo de eleição; nós queremos é muito mais. Nós queremos um futuro brilhante para cada professor não ficar vendendo como bóia-fria duas aulas numa escola, três na outra, participando de quermesses de todas as escolas, sabendo que vai continuar como diretor, fazendo os exames, os exames do teste seletivo, que é um teste que vale a pena, vai ter entrevista, vai ser traçado o perfil ideológico, programático e político.

Nós queremos que seja um processo que valorize os profissionais e a democracia na escola do Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Irineu Colombo, V. Exa. está revestido de razão naquilo que faz e fala hoje.

Ninguém de nós aqui, está contra essas professoras, esses diretores, e o que nós queremos é uma coisa mais clara, mais definitiva, para as professoras, para os funcionários, para todos aqueles que trabalham nas escolas do Paraná.

Nesta semana, quando fui ao interior do Paraná, recebi duas informações que me deixaram preocupado.

Lá do distrito de Barra Santa Salete, no município de Manoel Ribas, e do distrito de Ubaúna no município de São João do Ivaí.

E hoje, através do vereador Borges, de Nova Tebas, do distrito de Poema Alvorada, também recebi informação parecida.

Muitos são os funcionários, os servidores de serviços gerais e administrativos, que estão sendo chamados para pedir demissão, dentro dessa reformulação de porte das escolas. Estão demitindo gente de salário-mínimo.

E no caso de Ubaúna e de Barra Santa Salete, sabe o que acontece?

Em função dessas modificações, aquelas merendeiras de mais de dez anos e de serviços gerais de mais de dez anos, que estão lá há muito tempo, tiveram sua carga reduzida de 40 para 20 horas, e vão receber o valor de R\$70,00 por mês!

R\$70,00 por mês, dividido por 30 dias, dá R\$3,01 por dia de serviço, menos do que ganha qualquer pessoa que se possa imaginar!

Então, parabéns a V. Exa. e esse governador que está aí anunciando tantas coisas boas que fez para os funcionários, que ponha a mão na consciência e verifique a injustiça que está cometendo com aqueles que ganham menos e deixando os cargos comissionados polpudos no Palácio Iguaçu.

O Sr. Hermes Fonseca

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Existe uma contradição muito grande entre aquilo que a primeira diretora falou aqui, e a realidade.

E é uma pena que as regras da Casa, as pessoas falaram o que quiseram e foram embora, não vão ouvir o que estamos falando, mas as notas taquigráficas estão aí. Espero que a imprensa divulgue.

Veja bem: na semana passada, estive nesta Casa, o vereador Ricardo Gomide, que veio fazer um convite à Casa para participar do ato dos 80 anos do PC do B, lá na Câmara Municipal.

E naquele dia, deixou um registro manuscrito, de que no dia 02/04, a Câmara de Vereadores de Curitiba,

por unanimidade, aprovou uma moção de repúdio à senhora secretária de Estado da Educação do Paraná, Alcyone Saliba, pelas intromissões que tem feito nas Escolas Estaduais. Então é essa a grande contradição.

Vem aqui, alguém faz uma apologia e vai embora, como se fosse toda a verdade do Paraná e do mundo.

Mas, na verdade, eu recomendaria, sugeria que essa diretora que esteve aqui, que vá fazer o discurso que ela fez aqui, lá na Câmara de Vereadores de Curitiba. Notem bem, onde a maioria dos vereadores pertencem aos partidos que dão apoio ao governador Jaime Lerner.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte, deputado? Fui o primeiro a pedir aparte e o senhor me deixou por último.

(Assentimento)

Deputado, eu lamento também o fato de os diretores das nossas escolas, não estarem presentes neste momento.

Eu sempre fui um defensor da educação, independente de estar fazendo parte da Base do Governo, ou da Oposição, e pena que não está aqui o líder do Governo da época, Valdir Rossoni. Várias vezes tivemos aqui projetos polêmicos e eu sempre dizia a ele, que não votava contra os nossos professores e não votava contra a educação do Paraná.

Várias vezes, falei e tenho certeza absoluta que ele concordará com as minhas palavras.

O que nós questionamos é o que V. Exa. está questionando, não é o fato de que as diretoras não possam ser eleitas como elas diziam que queriam transparência. Pelo contrário, o que nós queremos realmente é que as eleições sejam transparentes como eram transparentes! O argumento do governo, o projeto inclusive é de autoria do deputado Rubens Bueno, que é o presidente do nosso partido, o deputado federal Rubens Bueno, quando deputado estadual, o argumento de que o aluno muitas vezes não está preparado para votar, o argumento que o professor precisa fazer um teste seletivo para se habilitar para ser diretor: ora, ele já teria que ter feito um concurso para ser professor!

Se nós agirmos dessa forma, vamos dizer que nós não estamos habilitados para representar o povo do Paraná, nós vamos questionar: não, o jovem de 16 anos não tem condições de votar; o senhor que tem apenas o primário não tem condições de votar. Ora! Alegar a ilegitimidade de uma eleição que era altamente democrática, é inadmissível.

E vir aqui tentar fazer com que, inclusive se lembrarmos as palavras da professora, dizendo que eles não são “ping-pong”, nós não podemos aceitar.

É só um artigo, e diz tudo deputado Colombo, e eu sei da sua luta para implantar as eleições, inclusive quando V. Exa. apresentou o projeto aqui nesta Casa, só um artigo do decreto diz tudo: “cabe à secretária, por quaisquer motivos e a qualquer tempo, afastar quem estiver na direção da escola”.

A qualquer tempo e por qualquer motivo, ou seja, hoje a secretária tem autonomia para tirar diretor por qualquer denúncia. Pode ser uma denúncia vazia, alguém que não goste da diretora faz uma denúncia e se ela tiver divergências políticas, ela afasta e a professora vai ficar 6, 8 meses ou um ano e normalmente não volta mais à direção da escola. Só esse artigo diz tudo o que o Governo do Estado cria, com esse decreto.

O SR. IRINEU COLOMBO

Agradeço os apertes, todos esclarecedores, mas eu, senhor presidente, tenho por obrigação fazer um rápido comunicado à Casa com relação aos nossos queridos policiais militares e à luta incansável das mulheres da Associação de Mulheres de Policiais Militares do Paraná que ontem foi motivo de destaque na imprensa nacional por estar, não pela garra com que lutam pela dignidade dos seus esposos, não pela bravura com que atuam, mas acima de tudo, pela legitimidade, que é a causa que elas empunham.

Vejam, nós aprovamos ontem um requerimento de minha autoria, como aprovamos um do deputado Algaci Túlio, que indica para o governo que, de imediato, conceda de forma contínua e a todos os policiais militares a gratificação de R\$100,00.

Vejam, nós aprovamos ontem um requerimento de minha autoria, como aprovamos um do deputado Algaci Túlio, que indica para o governo que, de imediato, conceda de forma contínua e a todos os policiais militares a gratificação de R\$100,00.

E eu acrescento algo mais no meu requerimento: não podendo o governo dar a gratificação de R\$100,00 ele pode, em qualquer tempo, mandar para a Assembleia Legislativa um projeto de lei estabelecendo a recomposição das perdas da inflação. Recompor as perdas da inflação é permitido por lei e a categoria dos servidores públicos, irá, permanentemente, até o dia da eleição, brigar para que a esta Assembleia venha um projeto de lei repondo as perdas salariais por conta da inflação, porque não é aumento real. Aliás, se o governo não pode dar R\$100,00 de gratificação, conceda um aumento, uma recomposição da inflação num valor que atinja R\$100,00, R\$200,00, R\$300,00, R\$400,00, mas recomponha as perdas da inflação que já faz sete anos que isso não acontece no Estado do Paraná.

E, senhores, vale a pena dizer que a gratificação que recebem os policiais militares não significa que são R\$100,00 mensais. O policial recebe R\$100,00 se ele fizer, por exemplo, acompanhamento em estádio de futebol, que é penoso e estressante, se ele fizer cobertura de falhas de outros policiais ou impedimentos ou licença, aí ele ganha R\$100,00 e aí ele fica 2 meses sem receber nada, aí ele volta, se trabalhar mais um pouco, se estressar, mais R\$100,00. É um absurdo! Olha, são R\$33,00 mensais e ainda tem que trabalhar a mais e dobrado para ganhar esse troco!

É um absurdo o que está acontecendo! Só no Estado do Paraná que tem isso, gratificação intermitente, pouca gente sabe o termo.

Intermitente é um negócio que você não sabe quando que acontece, vem, vai, mas não é periódico, não é freqüente.

Quer dizer, nem cíclico é, porque cíclico, você sabe quando volta, quando vai, etc. É intermitente porque ninguém sabe como pode acontecer os 100 reais.

E a nós convém aqui lembrar em um documento que me foi entregue por essa representação do Movimento de Mulheres, que ressalta que o governo do Estado do Paraná em 1998 gastou milhões para comprar 268 câmeras de monitoramento. E hoje não tem nenhum funcionando! O dinheiro foi para o ralo. Também temos o problema do colete que até hoje não foi esclarecido. O governo do Paraná também colocou aqui em Curitiba os totens, todos os lugares têm totens, totens bonitos e tal; agora estão pichados, quebrados, depredados, não funcionou! No dia da inauguração, o governador foi usar o totem: o totem não funcionou, no dia da inauguração!

Pelo menos aquele, eles poderiam ter dado uma caprichada, a empresa que vendeu a idéia, e tal, aquele que faturou uma grana, poderia ter caprichado pelo menos naquela, para que funcionasse. Não funcionou e não funcionou nunca mais, e foram gastos milhões!

Então, se gastou milhões tentando dar segurança com iniciativa inovadoras, mirabolantes, mágicas, esqueceu-se do ser humano que tem por baixo da farda, aquele que sai às cinco da manhã, pega trânsito, tem que atender uma ocorrência que é a sua obrigação funcional chega atrasado, não é reconhecido pela atuação cidadã do policial. E está aí a categoria, precisando, reivindicando. Vejam que situação trágica, os cem reais eram ridículos.

Estamos em um ponto em que a categoria está pedindo pelo amor de Deus, que venha os cem reais, porque a coisa está braba, meus amigos! Este Paraná, aqui, mandem telegramas para os seus parentes dizendo que aqui a coisa está horrível, a coisa está feia, porque 100 reais era ridículo. O ridículo passou a ser bom, parece água no deserto, parece ser um pouco de liberdade na terra taliban.

Esse é o nosso Paraná, vamos continuar apostando. Queremos que os policiais militares se mobilizem, como as demais categorias, porque o governo pode lhes dar uma recomposição das perdas inflacionárias, a lei não proíbe que isso aconteça, que o governo mande já para nós o projeto de recomposição das perdas inflacionárias.

Esse é o único instrumento que o governo tem. E vamos nós tomar a iniciativa de fazer um projeto de lei autorizatório, já que não nos cabe a iniciativa do ponto de vista constitucional, mas cabe do ponto de vista político para forçar o governo.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PPS; PSDB; PTB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(**Todas declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos deputados.**

Proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos deputados.**

Projeto de resolução, de autoria do deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tuílio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Permita-me interrompê-lo, é para fazer um comunicado à Casa. Amanhã, às 5 horas da tarde, tem um artista plástico aqui da cidade de Curitiba, junto com sua esposa, expondo aqui no hall de entrada da nossa Assembléia um quadro com a bandeira do Paraná.

Então, haverá uma homenagem a respeito da história do nosso Estado, da arte e este quadro cada um dos deputados recebeu um *fac-simile* dele, que é em tamanho gigante, tem as figuras, os rostos de várias personalidades da história do nosso Estado.

Então, os grandes da nossa história, como o Barão do Cerro Azul, Vicente Machado, Emiliano Pernetá, na área da literatura, na área da medicina, na área da política, na área da arquitetura, quem construiu a Catedral aqui de Curitiba, todos estão retratados no quadro.

Do ponto de vista político os presidentes da Assembléia Legislativa, os ex-governadores, estão todos retratados.

Estou fazendo as vezes da Casa, porque essa é uma cerimônia, uma homenagem feita pela Primeira Secretaria e pela Presidência, pela Comissão Executiva; estarão oferecendo um coquetel aos convidados. Deverão estar presentes aqui o ex-governador Paulo Pimentel, o governador Jaime Lerner foi convidado, ex-governador Álvaro Dias, enfim, personalidades da vida política-cultural do nosso Estado que estão retratados e seus familiares, aqueles que são descendentes dos que já faleceram, também foram convidados. Então, terá uma exposição e um pequeno coquetel em homenagem a essa exposição que é para homenagear a vida cultural, e artística e política do Estado do Paraná.

Então, às 5 horas da tarde, os deputados poderão se dirigir ali embaixo no saguão onde está o busto do ex-presidente Anibal Khury, onde estará sendo feita esta homenagem à cultura do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01**VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO PROPOSTA AO
PROJETO DE LEI Nº 228/99****P A R E C E R :**

A Emenda de Plenário proposta ao Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Durval Amaral, líder do Governo, pretende suprimir o artigo 5º da proposição.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação da Emenda de Plenário proposta ao Projeto de Lei nº 228/99.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Algaci Tulio, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, José Maria Ferreira.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 078/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a formar convênio com o município de Wenceslau Braz. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 078/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a formar convênio com o município de Wenceslau Braz, para, sob a forma de campus avançado da UEPG, implantar os cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras.

Art. 2º - Caberá ao município de Wenceslau Braz, entre outras obrigações, destinar o espaço físico para implantação do campus avançado, que ficará sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como arcar com os encargos financeiros dos deslocamentos e estada dos professores.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a contratar em caráter temporário, através de testes seletivos, os professores necessários à implantação dos cursos mencionados na presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.10.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 287/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais.

§ 1º - O aparelho para detecção de metais, deverá ficar sob responsabilidade de funcionário da empresa, que, em rododotroviárias e a cada parada do veículo, deverá fazer uso do mesmo em cada passageiro que embarcar.

§ 2º - Em casos de passageiros que estejam portando arma, a mesma deverá ser apreendida, mediante comunicação à unidade policial mais próxima do local.

Art. 2º - A fiscalização das empresas, com relação ao cumprimento desta lei, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - Os detectores de metais deverão ser colocados, também, nos terminais rodoviários.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Em votação.

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, eu pediria a V. Exa., se possível, que esse projeto fosse retirado da Ordem do Dia, pediria autorização ao deputado do projeto, deputado Algaci Tulio, que eu apresentei uma Emenda ao projeto e eu vi agora na Redação Final, acredito, que houve um equívoco por parte da digitação, e foi acrescentada uma palavra que muda totalmente o sentido da Emenda.

Eu apresentei uma Emenda cujo o teor é o seguinte: os detectores de metais deverão ser colocados

nos terminais rodoviários e foi aprovado por unanimidade por este Plenário, e aqui na Redação Final está a palavra “também”, mudando totalmente o sentido e o objetivo da minha Emenda.

Então, eu pediria a V. Exa. que isso fosse corrigido, e por esta razão, que nós não votássemos hoje esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós estamos de posse do projeto e sua Emenda e nós retiramos o projeto da Ordem do Dia para retornar à Comissão de Redação para que possa ser corrigido.

Eu solicito a V. Exa., como ao autor do projeto que faça esse entendimento com a Comissão de Redação.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 470/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador, datilografadas ou escritas manualmente em letra de imprensa, forma ou caixa alta nos postos de saúde da rede pública e nos consultórios médicos e odontológicos particulares.

Parágrafo Único - Fica obrigatório na expedição de receitas médicas e odontológicas, de acordo com o disposto no *caput* deste artigo, a indicação do nome do medicamento genérico ao receitado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 004/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense, através da distribuição subsidiada de sementes selecionadas de milho e sementes de culturas de inverno.

Art. 2º - Serão beneficiados com o subsídio mencionado no artigo anterior, os agricultores radicados no território paranaense, obedecendo-se a seguinte escala:

a) arrendatário, pequenos e micro-proprietários rurais com 70% (setenta por cento) do valor comercial da semente de milho selecionada;

b) médios proprietários rurais com 30% (trinta por cento) do mesmo valor.

Parágrafo Único - Consideram-se a título de classificação, micro, pequenas e médias propriedades aquelas estabelecidas na Lei nº 9917.

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer todas as normas necessárias para a implantação do Programa criado por esta lei, inclusive aquelas relativas à criação de dotação orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 429/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento clínico e odontológico gratuito para os estudantes das escolas da rede pública estadual de ensino no Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 429/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública, determinar a obrigatoriedade do atendimento clínico e odontológico gratuito aos estudantes da rede pública de ensino, no Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da rede estadual de ensino de 1º grau a área de conhecimento "Cidade-Cidadania". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 113/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no currículo das escolas da rede estadual de ensino, a área de conhecimento "Cidade-Cidadania", de modo a possibilitar o desenvolvimento da consciência de cidadania, podendo envidar esforços para a sua extensão à rede privada de ensino.

Art. 2º - São temas inerentes à área de conhecimento "Cidade-Cidadania", entre outros, os seguintes:

I - ecologia e meio ambiente;

II - declaração Universal dos Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - questão de gênero e raça;

IV - direitos básicos do consumidor e código do consumidor;

V - os Três Poderes, as Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânica dos Municípios;

VI - o cidadão e as leis de trânsito;

VII - questões de sexualidade e drogas.

Art. 3º - As matérias da área de conhecimento "Cidade-Cidadania" poderão ser ministradas por professores da própria rede pública estadual de ensino, previamente preparados através de processo de formação específico.

Parágrafo Único - O Poder Público poderá oferecer, com recursos próprios ou através de convênio com universidades públicas ou da sociedade civil, cursos de formação permanente aos professores da rede estadual de ensino.

Art. 4º - A área de conhecimento "Cidade-Cidadania" será implantada no início do ano letivo seguinte ao da regulamentação desta lei, sendo antecipada sua implantação por um processo de formação dos professores que ministrarão as matérias dessa área de conhecimento com duração de, no mínimo, 6 (seis) meses.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a destinar aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, percentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do contrato e/ou protocolo de intenções celebrados entre o Governo do Estado e as Empresas beneficiadas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2001, de 03.05.2001).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui a "Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos" dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 621/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti que dispõe sobre a criação do Siscan-Sistema Estadual de Registro de Câncer no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001).**

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 678/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que denomina de vereador Alci Francisco Téu, a Rodovia PR-471 do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé até a cidade de Campina da Lagoa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001).**

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 080/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Clube Anos Dourados, com sede e foro no município de Andirá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05.03.2002).**

ITEM 13

REDAÇÃO FINAL - do Projeto e Lei nº 101/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aqüicultores de Maripá - Aqüimap, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2002, de 11.03.2002).**

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que cria o Programa de Expansão de Bancos para Coleta de Sangue Humano do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 15

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação mensal de balancetes contábeis indicando a aplicação de recursos e despesas efetuadas por todas as Universidades Públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 082/99, de 29.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 371/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por finalidade autorizar o governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências.

Projetos análogos em trâmite, bem como aqueles que já tramitam nesta Casa de Leis, todos sem exceção, constam os terrenos a serem permutados, bem como cópia da matrícula para que se comprove a propriedade dos imóveis.

Ademais, neste projeto o autor não especifica qual o terreno a ser permutado por parte da Prefeitura Municipal de Sarandi.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 371/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Ricardo Maia, autoriza o governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi e dá outras providências.

A referida permuta é de interesse do município de Sarandi, o qual pretende desenvolver na área melhorias para a população que habita aquela região da cidade.

Face ao exposto, tendo em vista a proposição em epígrafe atende aos interesses maiores da população daquele município e objetivos da administração municipal, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei Complementar nº 510/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei Complementar nº 01 de 02 de agosto de 1972 e respectivas alterações posteriores. (CRE). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2001, de 09.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 510/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 510/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera o artigo 23 e revoga o artigo 25 da Lei Complementar nº 01, de agosto de 1972, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF e dá outras providências.

A Lei Complementar 01/72 estabelece em seu artigo 23, três instâncias administrativas para o processo administrativo fiscal, a saber: a primeira, singular, a nível do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda; a segunda, coletiva, a nível do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais e a terceira, a nível do Secretário da Fazenda.

Estabelece ainda o artigo 25 da LC 72/01, que das decisões não unânimes e contrárias à Fazenda Estadual, cabe recurso ao secretário da Fazenda.

O projeto retira a terceira instância no julgamento dos recursos administrativos fiscais e por consequência fiscais e por consequência a possibilidade de recursos ao secretário da Fazenda.

O projeto é meritório e visa corrigir a distorção existente na LC 01/72 que coloca o contribuinte e o Estado em posição de desigualdade dentro do processo administrativo fiscal.

A proposição está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 510/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972 e respectivas alterações posteriores.

Esta Comissão, após análise do referido projeto de lei, entende que as alterações propostas, do ponto de vista da eficácia fiscal e financeira do poder público estadual, contribuem com o processo de aperfeiçoamento do aparelho de Estado e ainda torna o poder público mais próximo e acessível do cidadão e suas instituições.

Pelo que, esta Comissão é de parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme, que extingue a arrecadação de Laudênio no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 148/2001, de 16.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/2001

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Cesar Seleme o presente projeto dispõe sobre a extinção da arrecadação de laudênio do Estado do Paraná.

Fundamentação

Em 17 de outubro de 2001 foi solicitado a um dos advogados lotados junto à Diretoria Legislativa estudo do projeto de lei em análise a pedido da mesma, com o propósito de analisar a matéria do atual projeto de lei em epígrafe, assim como a sua análise jurídica e viabilidade legislativa, opinando a doutora Idília Débora Gineste favoravelmente à constitucionalidade da matéria. No referido estudo ela aponta a falha apresentada, com a redação equivocada da súmula que não condizia com o intento de seu legislador, sugerindo ao autor apresentação de Emenda Corretiva ao mesmo, conforme cópia em anexo. A sugestão foi acatada pelo autor e anexada ao projeto original.

A apresentação da referida Emenda se faz necessária já que o autor do projeto deseja extinguir o foro, que é a contribuição anual e fixa que o foreiro ou enfiteuta paga ao senhorio direto, em caráter perpétuo, para o exercício de seus direitos sobre o domínio útil do imóvel. Por laudênio se entende a importância que o foreiro ou enfiteuta paga ao senhorio direto, quando ele senhorio, renuncia o seu direito de reaver esse domínio útil, nas mesmas condições em que o terceiro o adquire. Em outras palavras, o laudênio só ocorre em caso de alienação do imóvel e o foro é pagamento anual. A Emenda Corretiva apresentada pelo próprio autor expressa a sua real intenção legislativa, que é a remissão do foro e não a extinção do laudênio.

Conclusão

Assim, urge a aprovação da Emenda Corretiva apresentada, já que ela demonstra o verdadeiro intento do

autor do projeto, como corrige peremptoriamente a redação incorreta do projeto de lei original.

A Emenda Corretiva em análise é de cunho constitucional e faz jus à vontade expressa do seu autor que percebendo o equívoco o corrigiu de modo eficaz e prontamente, apresentando emenda ao seu próprio projeto.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 524/2001

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a permitir remissão de foro aos enfiteutas interessados em consolidar em seu nome o domínio pleno dos imóveis foreiros do Estado do Paraná, nas condições estabelecidas em decreto estadual.

Art. 2º - A remissão do foro, uma vez requerida, somente será negada se provado o interesse do Estado em recobrar o domínio útil do imóvel, mediante exercício do direito de preferência, em prazo não superior a 01 (um) ano.

Art. 3º - A remissão do foro será gratuita.

Art. 4º - Não se concederá remissão de foro a enfiteuta em débito com a Fazenda Pública Municipal ou Estadual.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná mantém a nu propriedade de um número reduzido de imóveis que há anos são explorados economicamente ou servem de moradias a cidadãos paranaenses e familiares.

Em razão da inexistência de destinação pública, os referidos imóveis poderão mais facilmente servir à finalidade social determinada constitucionalmente se a propriedade estiver consolidada em mão dos agentes privados possuidores de direitos limitados no sistema atual, o que os impede inclusive de obter financiamentos e outros benefícios condicionados à composição da propriedade plena.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO E LEI Nº 524/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por finalidade autorizar o Poder Exe-

cutivo a remissão de foro nos imóveis foreiros no Estado do Paraná (sic).

A intenção do projeto é autorizar o Poder Executivo, através de decreto estadual, permitir a remissão de foro aos enfiteutas interessados em consolidar em seu nome o domínio pleno dos imóveis foreiros do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Moysés Leônidas, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, na forma da emenda corretiva que apresentou.

Chamado à manifestação de mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos meritório o projeto e emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR DIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Peço para encaminhar o voto contrário e manifesto antecipadamente o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**, com o voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/2001 de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede no município de Guaraniaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 196/2001, de 12.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 709/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 709/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antonio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, com sede e foro no município de Guaraniaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declarada de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2002, de 13.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 115/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul, Comarca de Barbosa Ferraz.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 115/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Aprocor - Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, com sede no município de Corumbataí do Sul e foro no município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública A Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 118/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro no Município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19.03.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 127/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Lourenço Bacarin, com sede e foro no município de Ibiporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 755, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, estou pedindo o apóio desta Casa para que em nome deste Poder e do Paraná, encaminhem um expediente ao ministro das Relações Exteriores e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que essas autoridades se manifestem de forma mais firme e contundente a respeito da necessária e urgente promoção da paz no Oriente Médio.

Estamos vendo todos os dias, imagens horríveis, um verdadeiro massacre em cima da colônia palestina, coisa inimaginável em outros tempos ao líder maior da autoridade palestina e vendo civis, crianças inclusive, sendo vitimadas a cada hora e a cada dia que passa nos territórios ocupados.

O Brasil é uma potência hoje no mundo, em todos os sentidos. O presidente da República é uma pessoa respeitada, talvez mais lá fora do que aqui internamente e eu tenho certeza, a colônia palestina que tem uma grande presença na região das três fronteiras, Foz do Iguaçu, Porto Iguaçu, Cidade do Leste e toda a região nos faz um apelo, não a mim, mas a esta Casa para que essa Casa se manifeste e cobre do presidente da República uma ação mais clara, mais enérgica e mais dura e, se necessário, o envio de tropas se somando a outros países para promover a paz no Oriente Médio.

É nesse sentido que eu peço compreensão e apoio de todos os colegas parlamentares, para que este Parlamento, nesse momento histórico de dificuldades para o povo palestino, tome uma posição clara e definitiva em favor do povo palestino e contra esse massacre que está sendo desenvolvido pela autoridade representada pelo senhor Ariel Sharon.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação.

Aprovado.

Requerimento nº 727, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 730, de autoria do deputado Ademir Bier, com apoio do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 731 e 732, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 735, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 736, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 737, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 738 e 739, de autoria do deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 740, 741 e 754, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 742, de autoria dos deputados Irineu Colombo, Eli Ghellere e Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 743 a 746, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 747 e 749, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 756, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 758, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 767, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 769, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/99, do Projeto de Lei Complementar nº 510/2001, dos Projetos de Lei nºs 524, 709/2001, 115, 118 e 127/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 224/2000, 319, 531, 539, 576, 618, 667/2001, 001 e 099/2002.

Levanta-se a Sessão.